

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE MARACAJU
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

JANAINA COTT PEREIRA

**A CONTRIBUIÇÃO DAS COOPERATIVAS AGROPECUARIAS PARA O
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

MARACAJU – MS

2014

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITARIA DE MARACAJU
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

JANAINA COTT PEREIRA

A CONTRIBUIÇÃO DAS COOPERATIVAS AGROPECUARIAS PARA O
DESENVOLVIMENTO LOCAL

Monografia apresentada à Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, como parte das exigências do Curso de Administração, sob a orientação do Prof. Airton Pinto de Moura.

MARACAJU - MS

2014

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITARIA DE MARACAJU
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Prof. Dr. FÁBIO EDIR DOS SANTOS COSTA

REITOR

Dr.^a SILVANE APARECIDA DE FREITAS

PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Prof. Me. ALEX SANDRO RICHTER VON MUHLEN

COORDENADOR DO CURSO

Prof. Me. AIRTON PINTO DE MOURA

ORIENTADOR

A monografia intitulada “A CONTRIBUIÇÃO DAS COOPERATIVAS AGRICOLAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL”, apresentada por Janaina Cott Pereira, como exigência parcial para obtenção do grau Bacharel em Administração da UEMS - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Unidade de Maracaju, foi aprovada.

Maracaju – MS, 14 de novembro de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. AIRTON PINTO DE MOURA

Prof. Me. ALEX SANDRO RICHTER VON MÜHLEN

Prof.^a Esp. DANIELA GARCIA CORRÊA DE ASSIS

DEDICATÓRIA

Dedico esta conquista à minha mãe Rosmaria Cott de Souza que dedicou cada dia de seu trabalho para alimentar o corpo e o intelecto de seus filhos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, pela saúde, por sempre olhar por mim, por tudo de maravilhoso que me concedeu, pela força para não desistir me agraciando com mais esta conquista.

A Ingrid por todo seu apoio e incentivo, sempre me lembrando do porque nunca desistir e me mantendo em busca da realização deste sonho.

A minha irmã Riany e minha sobrinha Xaiane que me acompanham nesta jornada, aos meus familiares e meus amigos que sempre me apoiaram nos momentos difíceis e me incentivaram a chegar até o final.

Aos meus amigos do MRA por sua companhia ao longo de minha vida acadêmica, um agradecimento em especial a Grasi por seu apoio nesta reta final.

Um agradecimento especial a minha avo Valeria mais conhecida como Dona Nega pois sem seu apoio provavelmente nem teria condições de ter iniciado o curso.

A todos os professores, coordenadores e colaboradores da UEMS, unidade de Maracaju e ao meu orientador Prof. MSc. Airton Pinto de Moura, que tiveram paciência para lidar com minhas dificuldades.

A Sr. Arlei Klazer, gerente da cooperativa lar por todo seu apoio, colaboração e instruções ao longo de meu estagio e ao Rodrigo que também me ajudou muito durante o período de estagio.

Enfim agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão deste trabalho, pessoas com as quais pretendo compartilhar todas as futuras conquistas que vierem a partir desta realização.

SUMARIO

INTRODUÇÃO	11
1. CONTEXTUALIZAÇÃO E DEFINIÇÃO DA PESQUISA	11
1.1 INTRODUÇÃO	11
1.2 PROBLEMA	12
1.3 JUSTIFICATIVA	13
1.4. HIPOTESE	14
1.5. OBJETIVO	14
1.5.1. Objetivo Geral	14
1.5.2. Objetivos Específicos	14
1.6. METODOLOGIA	14
1.7. Síntese Conclusiva	16
2. COOPERATIVISMO: MODELO IDEAL DE ORGANIZAÇÃO	17
2.1. Introdução	17
2.2. Definições	17
2.3. A Importância do Cooperativismo desde suas Origens	20
2.3.1 Cooperativismo no Brasil	25
2.4 Princípios e Valores do Cooperativismo	31
2.5 Síntese Conclusiva	35
3. SOCIEDADES COOPERATIVAS	36
3.1. Introdução	36
3.2. Definição de Cooperativa	36
3.3. Finalidade das Sociedades Cooperativas	39
3.4. A relação da participação dos Cooperados com o sucesso das Cooperativas.	40
3.4.1 Estudos realizados com relação à participação dos cooperados.	43
3.5 Cooperativas Agropecuárias	44
3.6. Síntese Conclusiva	49
4. CONTEXTUALIZANDO O DESENVOLVIMENTO	50
4.1 Introdução	50
4.2. Definição	50

4.3.	Desenvolvimento Local	51
4.4.	Fatores que determinam o desenvolvimento Local	52
4.5	Síntese Conclusiva	53
5.	COOPERATIVAS AGROPECUARIAS EM AÇÃO	54
5.1.	Introdução	54
5.2.	Cooperativas Agropecuárias contribuem para o desenvolvimento local?	54
5.3.	Caso da COAPECAL	55
5.4.	Caso da Cooperativa Agroindustrial Lar	57
5.5.	Caso da Copag	59
5.6.	Cooperativas pelo Mundo	62
5.7.	Síntese Conclusiva	63
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
7.	REFERENCIAS	66

LISTA DE SIGLAS

ABCOOP	- Aliança Brasileira Cooperativa
ACI	- Aliança Cooperativa Internacional
BANCOOB	- Banco Cooperativo Brasileiro S.A.
BNCC	- Banco Nacional de Crédito Cooperativo
CBC	- Congresso Brasileiro do Cooperativismo.
CLT	- Consolidação das Leis do Trabalho
COAPECAL	- Cooperativa Agropecuária de Cariri
DAC	- Departamento de Assistência ao Cooperativismo
DENACOOP	- Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural
FACIAP	- Federação das Associações Comerciais e empresariais do Paraná
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
ICA	- Instituto de Cooperativismo e Associativismo
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
JUCESP	- Junta Comercial do Estado de São Paulo
MAPA	- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	- Ministério do Desenvolvimento Agrário
MG	- Estado de Minas Gerais
OCB	- Organização das Cooperativas Brasileiras
OCESP	- Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo
OCB-GO	- Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado de Goiás
PANUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PIB	- Produto Interno Bruto
RECOOP	- Programa de Revitalização do Setor Cooperativo
RENACOOP	- Renascer Cooperativa de Trabalho
RS	- Estado Rio Grande do Sul
SEBRAE	- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SESCOOP	- Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SENACOOP	- Secretaria Nacional do Cooperativismo
SICOOB	- Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
SP	- Estado de São Paulo

UFSC	-Universidade Federal de Santa Catarina
UNASCO	- União das Associações Cooperativas
UNIMED	- Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico
UNISUL	- Universidade do Sul de Santa Catarina

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Precusores do Cooperativismo na Inglaterra-----	21
QUADRO 2: Precusores do Cooperativismo na França-----	22
QUADRO 3: Cooperativa x Empresa Mercantil-----	38
QUADRO 4: Numero de Cooperativas Agropecuárias-----	46
QUADRO 5: Numero de Cooperados-----	46
QUADRO 6: Numero de empregados-----	47

LISTA DE GRAFICOS

GRAFICO 1: Demonstração dos números de cooperativas-----	47
GRAFICO 2: Demonstração dos números de cooperados e empregados-----	47

RESUMO

Partindo da hipótese de que as cooperativas agropecuárias através da alteração da renda e das condições sociais de seu cooperado contribuem com o desenvolvimento local, o objetivo deste trabalho é de verificar através de uma pesquisa bibliográfica, a veracidade desta. Referida pesquisa justificou-se pela relevância do tema, que trata a cooperativa como uma organização local e que esta, interfere na socioeconômica aonde atua. As cooperativas passam a ser vistas como agentes de transformação interagindo através de atos cooperativos, ou não, com os fatores que determinam o desenvolvimento local. Percebe-se a importância das cooperativas agrícolas como ferramentas de transformação e desenvolvimento para seus associados e para a sociedade. Neste contexto, o desenvolvimento assume grande importância na pesquisa sendo que, o objetivo é justamente demonstrar que este ocorre nas localidades que possuem instalações cooperativas e que há interação de cidadãos seguidores dos ideais cooperativos. Através da minuciosa pesquisa bibliográfica que fundamenta o presente trabalho e analisando as diversas abordagens dos variados autores que formam a base deste estudo, verifica-se a veracidade da hipótese levantada.

Palavras-chave: Cooperativismo, Cooperativas Agropecuárias, desenvolvimento Local.

INTRODUÇÃO

Muitos estudos buscam entender o que leva alguns locais se desenvolverem e outros não, o que faz com que as mesmas estratégias de desenvolvimento tenham resultados diferentes dependendo de sua localidade. As cooperativas agrícolas apresentam-se neste estudo como uma ferramenta de contribuição para o desenvolvimento local.

A metodologia utilizada neste trabalho foi à pesquisa bibliográfica, esta consiste em registrar, analisar e organizar os dados bibliográficos referentes ao tema propostos para a pesquisa científica, assim sendo foi dividido em seis capítulos. O primeiro aborda a contextualização e definição da pesquisa, dando base para realização da mesma, apresentando, o problema, justificativa, a hipótese e os objetivos referentes ao tema.

O segundo capítulo contextualiza o cooperativismo, sua evolução na historia, seus princípios e valores, dando ênfase em seu importante papel no desenvolvimento.

O terceiro capítulo faz-se um estudo sobre as cooperativas, sua finalidade e a importância do comprometimento do associado para seu melhor desempenho, dando uma atenção especial às cooperativas agropecuárias.

No quarto capítulo procura-se contextualizar o desenvolvimento, o desenvolvimento local e destacar os fatores que o determinam.

O quinto capítulo apresenta-se primeiramente através da abordagem de alguns autores sobre a participação das cooperativas no desenvolvimento, afirmando que esta o promove. Em seguida apresentam-se dois casos em que cooperativas agropecuárias influenciaram de forma significativa o desenvolvimento nas localidades onde atuam.

As cooperativas agropecuárias onde instaladas possuem poder e o dever de interferir de forma positiva na comunidade, mais que uma organização a cooperativa deve ser um agente de transformação, onde unidos aos seus valores e princípios garanta melhores condições socioeconômicas.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO E DEFINIÇÃO DA PESQUISA

1.1 INTRODUÇÃO

Desenvolvimento e cooperativismo desde a concepção do ultimo, sendo o termo mais jovem entre ambos, estão relacionados. Difícil seria falar de cooperativismo, suas finalidades

e razões de ser, sem mencionar o desenvolvimento implícito até mesmo no conceito e no ideal que se observa no movimento cooperativista. Neste estudo, esta ligação ficara ainda mais evidente.

Apresenta-se neste capítulo os detalhes e etapas referentes à pesquisa bibliográfica que serão realizadas, contem minuciosamente para fácil entendimento os pontos relevantes e indispensáveis para a realização deste estudo.

Primeiro serão expostos os problemas referentes ao tema em estudo, ainda sendo preferível menciona-los como questionamentos, assim como, a justificativa para a realização da pesquisa, a hipótese para a questão que conduzira este estudo e seu objetivo principal sem deixar de especifica-los, objetivos estes que deverão ser alcançados no decorrer da pesquisa.

1.2 PROBLEMA

O desenvolvimento de um determinado local ou região depende do governo, das empresas privadas e da população, ou seja, daqueles que fazem parte desta localidade. Ainda assim, sempre ficou visível a importância do associativismo e da cooperação para facilitar e ampliar as possibilidades de crescimento e prosperidade.

No ramo agropecuário a necessidade de cooperação e ajuda mútua se torna ainda mais essencial, mais do que se tratar de um ramo competitivo, é indispensável para a sobrevivência humana, fazendo com que toda a terra fértil deva ser produtiva e que tudo que dela saia possa chegar ao consumidor. O papel das sociedades cooperativas agropecuárias é intermediar este processo desde a produção até a chegada ao consumidor final, garantindo aos produtores através do esforço em comum, espaço no mercado e todos os benefícios a partir deste garantindo assim, o desenvolvimento dos seus cooperados incluindo a localidade em que estes se encontram.

Considerando o nível de participação das cooperativas, de seu nível de industrialização e da oferta de diversificação de renda, questiona-se a contribuição das cooperativas no desenvolvimento sócio econômico de seus cooperados e conseqüentemente de onde estes se localizam. Ao se levar em conta a renda que é gerada a partir do processo da cadeia produtiva, surge o questionamento se esta movimenta a economia local, proporcionando assim o ciclo de renda.

A questão que se coloca neste estudo é: **As cooperativas agropecuárias contribuem para o desenvolvimento local?**

1.3 JUSTIFICATIVA

A necessidade deste estudo ganha relevância ao se levar em consideração a importância do cooperativismo para a economia tanto de uma localidade como nacionalmente, principalmente no ramo agropecuário, que já garantiu ao país destaque internacional.

Atualmente existe no Brasil mais de 1500 cooperativas no ramo agropecuário representando pouco mais de um milhão de brasileiros cooperativos, dentro deste número o estado de Mato Grosso do Sul retém 53 cooperativas representando mais de 120 mil cooperados. OCB (2014)

Ainda de acordo com a OCB (2014) hoje praticamente 50% da safra nacional dos principais produtos como soja e milho passam de alguma maneira por um cidadão cooperativo. As cooperativas também possuem 22% da estrutura brasileira para guardas e manutenção de produtos agrícolas e mais de 76% das famílias da agricultura familiar cadastradas no MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) são associadas às cooperativas do sistema OCB. Em 2013 o governo federal aprovou a pedidos da OCB uma série de medidas para ampliar e modernizar a capacidade estática de armazenagem no país uma conquista não só para o cooperativismo, mas para todos os produtores do país.

Estudos mostram a partir do IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) que municípios que possuem cooperativas têm um índice de desenvolvimento mais elevado OCB (2006). A PANUD (2013) lançou o novo atlas de desenvolvimento humano dos municípios baseando se no censo de 1991, 2000 e 2010 aonde o menor índice vai para Melgaço (Para) com um índice de 0,418 e o maior vai para São Caetano (São Paulo) com um índice de 0,862. Apesar deste estudo não ter sido aprofundado ate o momento, pode-se usar como exemplo o próprio município de Maracaju que mesmo sendo relativamente jovem e em crescimento mostra um IDHM 0,736 um numero excelente quase alcançando a capital do estado que possui um índice de 0,784, lembrando que em Maracaju há instalações de quatro cooperativas agropecuárias.

Toda cooperativa deve contribuir para o desenvolvimento local, tendo como um de seus sete princípios a “Preocupação com a Comunidade” é de suma importância à cooperativa participar ativamente de tudo que envolve a comunidade em que esta instalada. Uma comunidade que não se desenvolve significa que aqueles que a habitam também não se desenvolvem e sendo parte desta, implica que os seus cooperados não se desenvolvem, fazendo assim com que a cooperativa perca sua razão de ser, já que esta existe para servir ao cooperado como um meio para seu desenvolvimento socioeconômico.

Além da relevância do tema estabelecido, pode se também, justificar a elaboração desta pesquisa por seu valor como futuro referencial teórico para pesquisas, ao ser incorporado no acervo acadêmico da unidade como uma fonte de informação para empresas ou pessoas interessadas no assunto ressaltando ainda, a importância da pesquisa para a autora como meio de aprofundar seus conhecimentos sobre o tema.

1.4. HIPOTESE

Procura-se abordar as cooperativas agropecuárias como organizações locais e que estas promovem o desenvolvimento onde atuam.

Levanta-se como hipótese que a cooperativa agropecuária através de integração e de mudança socioeconômica na vida de seus cooperados propicia um maior desenvolvimento local.

1.5. OBJETIVO

1.5.1. Objetivo Geral

O objetivo deste trabalho é verificar, através de pesquisa bibliográfica, a contribuição das Cooperativas Agropecuária no desenvolvimento local.

1.5.2. Objetivos Específicos

- Demonstrar a importância das cooperativas agropecuárias para o desenvolvimento local;
- Ressaltar a importância da participação ativa do cooperado para o melhor funcionamento das cooperativas agropecuárias;
- Definir os fatores que determinam o desenvolvimento local;

1.6. METODOLOGIA

A Metodologia utilizada neste trabalho foi de pesquisa bibliográfica, que consiste basicamente da obtenção de dados, organização e registro destes.

Segundo Gil (1991) classifica-se pesquisa bibliográfica aquela que é elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet.

Neste estudo os materiais utilizados foram livros da biblioteca publica de Maracaju, da biblioteca do Senac de Florianópolis disponibilizado por conhecidos através do correio, livros da biblioteca da própria Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul unidade de Maracaju cujos autores podem-se destacar Buarque e Macpherson entre outros.

Também foram utilizados trabalhos acadêmicos disponíveis na internet com temas de pesquisa que se assemelham a este. E principalmente relatórios do próprio órgão regulador das cooperativas brasileiras e outros relacionados como OCB, Unimed e SESCOOP.

De acordo com a UFSC (2005) O planejamento de uma pesquisa dependerá basicamente de três fases:

A fase decisória: refere-se à escolha do tema, à definição e à delimitação do problema de pesquisa; ou seja, a elaboração da base da pesquisa.

A fase construtiva refere-se à construção de um plano de pesquisa e à execução da pesquisa propriamente dita, ou seja, a coleta de informações e dados.

A fase redacional: refere-se à análise dos dados e informações obtidas na fase construtiva. É a organização das ideias de forma sistematizada visando à elaboração do relatório final. A apresentação do relatório de pesquisa deverá obedecer às formalidades requeridas pela Academia. É nesta fase que tudo o que toda informação adquiridas, tudo que foi pesquisado deve ser colocado em papel de forma organizada e de acordo com as exigências e normas da academia em questão.

Primeiramente foi realizada a escolha do tema de acordo com a afinidade e interesse da autora, em seguida foi elaborada, inicialmente de forma simplória, a base do estudo e assim tendo o tema iniciou-se a obtenção de dados como mencionado anteriormente de diferentes fontes tanto em bibliotecas como pela internet.

Tendo já varias informações teve-se de peneirá-las separando o que realmente poderia ser utilizado daqueles que não se adequam as necessidades da pesquisa, e isso apenas se torna possível após muita leitura e ter previamente determinado o curso da pesquisa, ou seja, ter tópicos organizados para determinar o que procurar. No inicio será difícil, mas à medida que for aprofundando-se no assunto e já ter lido diversos títulos de diferentes autores torna-se mais simples direcionar a pesquisa.

Ao ter decidido o que será utilizado deve-se desde o principio das transcrições colocar as referencias para não correr risco de após já mencionado determinada informação, não saber mais qual é a origem desta.

Em relação à estrutura do trabalho optou-se por inserir em cada capítulo introdução e síntese conclusiva, levando-se em conta o fato de ser um estudo bibliográfico e para facilitar o entendimento dos assuntos abordados em cada capítulo.

Para alcançar o objetivo geral da pesquisa, além das referências ao longo do trabalho onde vários autores validam a hipótese em suas citações, apresenta-se no capítulo quinto exemplos comprovados em estudos científicos de cooperativas agropecuárias que contribuíram para o desenvolvimento local, como da Cooperativa Agroindustrial Lar, Copag e da Coapecal.

Após todos os dados inseridos foi feita a introdução geral, o resumo, o sumário, lista de siglas, gráficos e tabelas além de verificar os textos de estruturação da pesquisa, garantido assim que tudo está dentro das exigências.

1.7. Síntese Conclusiva

Neste primeiro capítulo foi apresentado dentro dos critérios acadêmicos à base para criação do estudo proposto abordando o problema que envolve o tema, a justificativa para realização de tal estudo, a hipótese e os objetivos que se pretende alcançar no decorrer da pesquisa.

O problema abordado pode ser colocado como indagações sobre a postura das cooperativas agropecuárias e seu desempenho nas localidades as quais pertencem, ressaltando sua influência ou contribuição no desenvolvimento socioeconômico das regiões e colocando em questionamento se as cooperativas agropecuárias contribuem para o seu desenvolvimento.

Como justificativa, ressalta-se a necessidade de se elaborar a pesquisa devido à relevância do tema, a participação das cooperativas na cadeia produtiva que vem aumentando ao decorrer dos anos, a importância da comunidade na visão cooperativista e em sua razão de ser. Também coloca-se em foco a contribuição da pesquisa para futuros estudos, para a unidade de ensino, assim como para a autora deste trabalho.

Levantou-se como hipótese que o cooperativismo através da integração e mudança socioeconômicas na vida de seus cooperados propicia o desenvolvimento local, o que faz com que o objetivo deste trabalho seja verificar através de estudo bibliográfico se as cooperativas agropecuárias contribuem para o desenvolvimento local.

No próximo capítulo através do conhecimento de diversos autores será possível se aprofundar nos ideais cooperativistas e em sua história.

2. COOPERATIVISMO: MODELO IDEAL DE ORGANIZAÇÃO

2.1. Introdução

Todos os seres humanos possuem objetivos e buscam melhorar sua condição de vida dentro da sociedade, muitas vezes sozinhas as pessoas enfrentam muitas dificuldades para alcançar tais objetivos, principalmente àquelas que têm de se preocupar com o sustento de suas famílias, o cooperativismo aparece como um meio, uma alternativa para atingir o objetivo ansiado pela maioria dos cidadãos comuns, o desenvolvimento.

Neste capítulo se dará destaque ao Cooperativismo, inicialmente para facilitar o entendimento serão apresentados conceitos básicos, porém necessários para dar-se seguimento ao estudo. Em seguida haverá uma breve viagem nas origens do cooperativismo assim como sua evolução ao longo da história, sempre dando destaque em seu importante papel dentro dos acontecimentos.

Apresenta-se também neste o ideal cooperativista através de seus valores e princípios, tornando assim possível compreender o que torna o cooperativismo um modelo único e uma alternativa para alcançar o desenvolvimento local.

2.2. Definições

Para dar início deve-se primeiramente compreender certos conceitos que serão de suma importância para este estudo.

Cooperar: “A palavra deriva etimologicamente da palavra latina ‘*Cooperari*’, formada por ‘*cum*’ (com) e ‘*operari*’ (trabalhar); ela significa trabalhar com os outros”. (GIMENES; GIMENES, 2007)

(INSTITUTO ECOLOGICO, 2007) “Cooperar é unir-se a outras pessoas para enfrentar conjuntamente situações adversas no sentido de transforma-las em oportunidades e situações de bem estar econômico e social”.

Reforçando a CBC (2008) “Significa agir simultânea ou coletivamente com outros para um mesmo fim, ou seja, trabalhar em comum para o êxito de um mesmo propósito”.

Cooperação: “Ato de unir e coordenar meios e esforços de cada um para a realização de uma atividade comum, visando um resultado procurado por todos.” (UNISUL, 2007)

“É a união de esforços entre pessoas que buscam, em uma ação coletiva, a realização de ações e resultados dificilmente alcançáveis individualmente.” (SEBRAE, 2009)

De acordo com a SICOOB (2014) “Do ponto de vista sociológico, cooperação é uma forma de integração social e pode ser entendida como ação conjugada em que pessoas se unem de modo formal ou informal, para alcançar o mesmo objetivo”.

SESCOOP (2010, p.13) complementa dizendo “A pratica da cooperação educa a pessoa desenvolvendo uma mentalidade mais aberta, flexível participativa, humana e solidaria”.

O Conceito de cooperar e cooperação se faz presente de forma imemorável na humanidade, a necessidade de cooperar veio com instinto de sobrevivência. Desde os tempos mais primórdios os seres humanos dependem da cooperação para sobreviver, no início era contra animais ferozes, adversidades climáticas, pragas e fome. Ao passar das gerações as sociedades se transformaram se desenvolveram e os problemas a enfrentar já não são exatamente os mesmo de eras atrás, porem a cooperação, sempre foi fator determinante ao longo os séculos, para o desenvolvimento humano.

A história da humanidade relata que o ser humano pratica a união há milhares de anos, pois há exemplos dos egípcios, gregos, romanos e mais recentemente, dos incas, maias e astecas, que se valiam da união na arte de caçar, pescar, de construir e de cultivar a terra. Também praticavam a cooperação no desenvolvimento da cultura, da arquitetura, da medicina e outros. No Brasil existem os exemplos das Missões Jesuítas, dos Quilombos e de diversos tipos de mutirões. SESCOOP (2010, p.15)

Cooperativismo: Para OCB ([201-]) cooperativismo é a mais do que uma forma ideal de organização, é um movimento, uma filosofia de vida e um modelo socioeconômico capaz de integrar desenvolvimento econômico e bem-estar social. Sua fundamentação baseia-se na: participação democrática, solidariedade, independência e autonomia. Unido a valores universais, o cooperativismo se desenvolve independentemente de território, língua, credo ou nacionalidade. É fundamentado na união de pessoas e não apenas de capital. Visa às necessidades do grupo e não apenas o lucro. Busca através trabalho comum, prosperidade conjunta e não apenas individual. São estas características que diferencia o cooperativismo e fazem dele a alternativa socioeconômica que leva ao triunfo com equilíbrio e justiça aos seus cooperados.

“O cooperativismo é um sistema econômico social que tem como base de suas atividades as cooperativas. É uma forma de organização através das pessoas com o objetivo de difundir ideais para atingir o desenvolvimento socioeconômico”. (INSTITUTO TECNOLÓGICO, 2007)

De acordo com Klein (2005) cabe conceituar o cooperativismo como uma doutrina que apregoa a cooperação entre as pessoas, fazendo com que suas capacidades individuais sejam otimizadas e que estas coletivamente empregadas obtenham um grupo em sinergia alcançando melhores resultados, tanto quantitativamente como qualitativamente na área a qual empregam o cooperativismo.

Resumindo a CBC (2008) cita: “é uma doutrina, um sistema, um movimento ou simplesmente uma atitude ou disposição que considera as cooperativas como uma forma ideal de organização das atividades socioeconômicas da humanidade”.

Outro conceito que sempre é colocado sobre o cooperativismo é seu papel como uma alternativa entre o sistema capitalista e o socialista, ao mesmo tempo em que o cooperativismo procura a justiça entre classes, onde cada indivíduo tem o direito de receber de acordo com o seus esforços, mantem a consciência da necessidade de capital e não busca extinguir as empresas mercantis.

O cooperativismo “é a doutrina que visa à renovação social pela cooperação [...] É trabalhar, junto ao objetivo de corrigir o social pelo econômico, utilizando-se de associações que são as sociedades cooperativas.” (PINHO, 1982 apud GIMENES; GIMENES, 2007).

Sandroni (2010, p.191) “É uma doutrina que tem por objetivo a solução de problemas sociais através da criação de comunidades de cooperação. [...] O cooperativismo pretendeu representar uma alternativa entre o capitalismo e o socialismo”.

“Isto é, incentiva a produção coletiva através do emprego conjunto dos recursos produtivos individuais de cada integrante do grupo” Complementa Klein (2005).

Rech (2000) explica que “no ponto de vista capitalista ressaltam-se as características de concentração de capital, já no ponto de vista socialista o cooperativismo apresenta-se como uma alternativa para uma nova ordem econômica e social.”.

BARREGO (1949, p. 3) O Cooperativismo é, a meu ver um passo avançado no aperfeiçoamento dos métodos comerciais, proporcionando reais vantagens econômicas aos seus associados, quando cômicos de seus deveres e responsabilidade, além de desenvolver o espírito de solidariedade e de fraternidade.

Com esta breve conceituação compreende-se que cooperar, cooperação e cooperativismo possuem seu próprio significado e ainda assim são extremamente interligadas. Fica também visível que cooperar e cooperação existem antes do cooperativismo e existe fora dele, possuem conceitos necessários porem não suficientes sendo que numa cooperativa não

basta cooperar ou haver cooperação, estas atitudes devem ser feitas de acordo com os princípios e valores do cooperativismo, que veremos mais a frente, e em contra partida também se pode cooperar e praticar cooperação sem cooperativas, um exemplo disto seria sindicatos e associações. (UNISUL, 2007)

O cooperativismo como se percebe visa mais do que a criação de um sistema organizacional, mais do que simplesmente criar cooperativas, se tornando um estilo de vida, um ideal e uma filosofia que busca através do trabalho mutuo de seus cooperados, proporcionar a todos os envolvidos e aqueles que o cercam, desenvolvimento e progresso constante em todos os âmbitos, que lhes garanta melhores condições de vida e bem estar. Concluindo o cooperativismo através das cooperativas e seus cooperados trabalha em busca de desenvolvimento não apenas econômico, mas também humano.

2.3. A Importância do Cooperativismo desde suas Origens

Determinar quando exatamente iniciou o Cooperativismo apresentando datas e lugares específicos, é algo ilusório. O que os fatos históricos nos mostram é que há varias gerações e em todas as partes do mundo houve ensaios do que hoje é o cooperativismo como conhecemos.

“Ao longo da evolução da civilização, o homem sempre buscou organizar forças para a defesa, a prosperidade e a conquista de seus objetivos.” (AGUIAR; REIS, 2002).

“O cooperativismo existiu em todos os tempos e, portanto não foi criado por sábios ou reformadores” (SOARES, 1929; apud KLEIN, 2005).

Ambos os autores mostram pontos de vista divergentes referentes à quando iniciou o cooperativismo, mas de acordo com o que se pode perceber nos textos anteriores e nos que seguirão o que se pode dizer é que desde o principio a humanidade buscou no trabalho mutuo forças para alcançar seus objetivos, porem devemos manter em mente que nem toda coletividade é sinônimo de cooperativismo, este apenas será quando inserido aos valores e princípios do mesmo.

Levando-se em conta tantas tentativas anteriores e ao redor do mundo da criação de algo que se assemelha ao cooperativismo da atualidade, o mais adequado é buscar compreender a origem do cooperativismo a partir da Inglaterra e da França onde houve maior influencia para a formação dos ideais cooperativistas atuais. Os autores Aguiar e Reis (2002) criaram um quadro onde fica mais fácil a compreensão dos acontecimentos na historia do cooperativismo:

Quadro1: Precusores do Cooperativismo Inglaterra

PRECURSORES	OBRAS TEORICAS E PRATICAS	PROPOSTAS
P.C Plockboy (1620)	1659 – Um procedimento que torne felizes os pobres e outros povos (ensaio) 1664 – Criação de uma colônia agroindustrial pre cooperativa que logo de sua fundação foi desfeita pelo governo Inglês	Preconizava a união de famílias ou pequenos grupos, constituídos por agricultores, artesãos, marinheiros e professores, para tanto, cada componente contribuiria com o que dispusesse por um bem coletivo .
John Bellers (1654-1725)	Proposições para a Criação de uma Associação de Trabalho de todas as Industrias Úteis e da Agricultura.	cooperativas de trabalho, as quais deveriam ser compostas por “[...] 300 a 3.000 associados visando suprimir as despesas, os lucros dos intermediários e das industrias inúteis, os honorários de advogados, etc” (Oliveira, 1979, p. 19). Os resultados seriam utilizados para fortalecer a entidade e para serem distribuídos entre os membros da associação na proporção da participação de cada um.
Robert Owen (1772-1858)	1812 - <i>New View of Society</i> 1820 - <i>Book of the Moral World</i> . - transformação da fábrica de algodão em colônia modelo; Em 1817 e 1822, foi frequentemente a Londres para tentar convencer as autoridades inglesas, bem como as estrangeiras, da necessidade das reformas indispensáveis, segundo a sua opinião, no setor de produção. 1824 – fundou cinco comunidades agrícolas na América do Norte; 1832 – organizou em Londres a cooperativa de troca de produtos; 1837 – homenageado em Paris e influenciador do movimento owenista inglês parisiense.	Preconizava que o indivíduo, através de educação moral e de ambiente adequado, se transformaria em homem de bem. Melhor qualidade de trabalho e de vida através da experiência com a fábrica de <i>New Lanarck</i> na Escócia. Formação de cooperativas de consumo, aproximação entre consumidor e produtor. Comunidades agrícolas baseadas na idéia de propriedade coletiva. Associações de trocas de produtos com a substituição da moeda por bônus trabalho.
William King (1786-1865)	1827 – fundou a cooperativa de consumo; 1828-1838 - Revista mensal <i>The Cooperator</i> .	Cooperativas de consumo - Union Shops que influenciaram cerca de outras 300 cooperativas. Propôs uma teoria que influenciou outras cooperativas a serem auto-suficientes, de auto-ajuda, sem intervenções externas.
George Jacob Holyoake (1817-1906)	1843 – proferiu palestra Ajuda-Mútua e Cooperação. - Escreveu sobre a história dos Pioneiros de Rochdale.	Participou de experiências cooperativistas conduzidas por Owen e, com os ideais de ajuda mútua e cooperação, influenciou o movimento owenista, que se configurou na matriz cooperativista de Rochdale

Charles Howarth (1818-1868)	1844 - publicação de um manifesto que contemplava os objetivos e os planos da cooperativa. Este sugeriu a criação do marco estatutário que continha as normas e os princípios da Cooperativa de Rochdale e que, depois, foi estendido a todas as cooperativas do mundo.	Como discípulo de Owen e pela participação de outras experiências cooperativistas, foi eleito presidente da <i>Rochdale Society of Equitable Pioneers</i> , pelos então 28 membros da cooperativa. Junto com outros membros, formulou os princípios e o estatuto da cooperativa, que serviram de modelo organizacional para todos os tipos de cooperativas do mundo.
Os Pioneiros de Rochdale	1844 - inaugurações do armazém cooperativo de <i>Toad Lane</i> , no Beco do Sapo, com o nome de <i>Rochdale Society of Equitable Pioneers</i> .	Cooperativa de consumo constituída de 28 tecelões, que tinham a proposta de superar as dificuldades socioeconômicas, mas principalmente a formação de colônias cooperativas autônomas, democráticas e auto-suficientes, onde reinasse a ajuda mútua, a igualdade social e a fraternidade.

Fonte: (AGUIAR; REIS, 2002)

Quadro 2: Precusores do Cooperativismo França

PRECURSORES	OBRAS TEORICAS E PRATICAS	PROPOSTAS
L'Ange	1792 – Meios Simples e Fáceis para Alcançar a Abundância e o Justo Preço do Pão (folheto).	Idealizava a formação de cooperativas de consumo intituladas armazéns de abundância.
F.M. Charles Fourier	1808 – <i>Theorie des Quatre Mouvements</i> (livro). 1822 – <i>Traité d' Association Domestique Agricole/ Théorie d l'Unitá Universelle</i> (Livro). 1829 – Novo Mundo Industrial (Livro).	Criação de falanstérios denominados Comunidade Harmonia, sendo que estes permaneceram na teoria.
Victor Considérant	1834 -1844 – <i>Doutrine Sociale</i> .	Discípulo de Fourier, procurou tornar a obra do mestre mais precisa e, na América do Norte, fundou o primeiro falanstério.
P.J.B.Buchez	1831 – Meios de Melhorar a Condição dos Assalariados e das Cidades (artigo); e, no mesmo ano, orientou a <i>Societé des Bijoutiers</i> em <i>Doré</i> e a associação de marceneiros franceses.	Formação de associações de operário, todos da mesma profissão, autosustentáveis, ou seja, sem intervenção do Estado ou de capitais privados.
Louis Blanc	1839 – <i>L'Organisation du Travail</i> (Livro). 1848 – fundou a primeira associação operária de produção em Paris. Foi presidente da Comissão de Governo para os Trabalhadores.	Formação de associação profissional de trabalhadores do mesmo ramo com intervenção estatal no financiamento, na legislação e no executivo e com financiamento de capitais privados.
P.J.Proudhon	1848 – fundou o Banco de Trocas.	Formação de instituições de crédito com o propósito único de eliminar a renda sem trabalho.
Charles Gide	1886 – apresentou o discurso- programa no II Congresso das Cooperativas em Lyon, França, e, em estudos posteriores, sistematizou idéias cooperativistas esparsas.	Nesse congresso, foram traçadas as linhas gerais do cooperativismo francês. Preconizou a formação de uma república cooperativa em substituição ao sistema capitalista.
Escola de Nîmes	1886 - fundada por Boyve, Fabre e Gide.	Sistematização do pensamento cooperativista, vinculando este a Owen e

		<p>Fourier. O programa da escola foi considerado a carta do movimento cooperativista em todo o mundo, dando-lhe uma sólida virtude de doutrina, ao mesmo tempo científica, moral e social.</p>
--	--	--

Fonte: (AGUIAR; REIS, 2002).

Pode-se perceber que mesmo com ideias distintas todos os precursores tanto na Inglaterra como na França buscavam soluções para as mesmas dificuldades socioeconômicas, em grande parte gerada pela Revolução Industrial.

No tumultuoso século XIX quando a mudança industrial e urbana estava transformando radicalmente a maneira como muitos viviam. Nas cidades industriais, as pessoas estavam confrontando transferência social em favelas que criaram condições de vida nunca vivenciadas pelas gerações anteriores. Trabalhadores foram alienados de seu trabalho, a vida familiar foi despedaçada e os requisitos básicos de sobrevivência –comida – habitação – poupança - emprego estavam em risco constante. No início, somente poucas pessoas conseguiam ver como as cooperativas poderiam melhorar condições tão deploráveis; antes do final do século, centenas de milhares haviam percebido a possibilidade. (Macpherson, 2003, p. 52)

Prejudicados por um novo modelo econômico, ou seja, como o trabalho industrial substituiu o artesanal, os trabalhadores viram multiplicar os problemas, diante dessa situação tão difícil, os trabalhadores passaram a buscar soluções viáveis para garantir o sustento de suas famílias. Na Europa em meio todos esses problemas 28 operários encontraram respostas sob a influência dos primeiros intelectuais no campo cooperativo. (UNIMED, 2008).

Como foi possível visualizar no quadro 1, George Jacob seguidor de Owen em 1843 apresentou uma palestra, cuja qual, fez com que os cidadãos de *Rochdale* passassem a debater e amadurecer a ideia para superar a grave situação do proletariado e também almejavam a criação de colônias cooperativas autônomas, democráticas e autossuficientes onde reinasse a fraternidade e a ajuda mútua, assim no ano de 1844 com 28 tecelões também conhecidos como: probos pioneiros de *Rochdale* fundaram o que posteriormente foi considerada pela ACI como a primeira cooperativa denominada “*Rochdale Society of Equitable Pioneers.*”

E esses modestos tecelões que não sabiam economia política, que não tinham estudo ciências sociais, mas que tinham, em contraposição, um sentido profundo de realidade e que experimentaram, sobretudo, a imperiosa necessidade de viver um pouco melhor com o mesmo salário, chegaram a esta conclusão: que para realizar esse desejo, tinham que renunciar ao velho sistema de comprar cada um isoladamente, fundar uma sociedade que, agrupando o poder aquisitivo de cada um

deles, lhes permitisse realizar compras em conjunto, beneficiando-se desse modo com as bonificações correntes nos preços das vendas em grosso. (LUIZ FILHO, 1961, p.38 apud AGUIAR; REIS, 2002).

Como mencionam vários autores UNIMED (2008); UNISUL (2007); OCB ([201]) entre outros: Em *Rochdale*, pequena cidade com população de 25 mil habitantes situada entre os distritos de lã e algodão de *Yorkshire* e de *Lancashire*, em uma visão de esperança guiada por George Jacob e Charlie Howarth sendo uma população entre as que mais sofreram com a crise de fome, de desemprego, de exploração brutal do trabalho e de condições habitacionais, se agarram a possibilidade de melhores condições de vida, talvez justamente por terem sentido de forma tão cruel às dores da miséria conseguiram criar um vínculo de solidariedade uns com os outros e determinação para atingirem suas metas. Por ocasião de inauguração foi apresentado um manifesto onde continham os fins da aparentemente modesta iniciativa que estavam formalizando, mas que se tornou um grande marco para o mundo cooperativo. Neste manifesto, evidenciava-se a influencia dos ideais de Owen e de King no que seria também um indício da formação do estatuto daquela sociedade.

Com um capital inicial de uma libra cada, totalizando 28 libras que provinha das economias de um ano, desde que começaram os debates foi possível alugar um armazém para dar início a realização de seus objetivos:

- Abrir um armazém comunitário para venda de provisões, roupas etc.
- Compras e construir casas destinadas aos membros que desejassem amparar-se mutuamente para melhorarem suas condições domésticas e sociais;
- Iniciar uma manufatura dos produtos que a cooperativa julgasse conveniente, para emprego dos que se encontrassem sem trabalho ou daqueles que sofressem reduções salariais;
- Para garantir mais segurança e bem estar, a cooperativa compraria ou alugaria terra que seria cultivada pelos membros desempregados;
- Organizar forças de produção de distribuição, de educação e desenvolver a administração democrática e autogestionária do empreendimento;

Posteriormente estes objetivos serviriam para a criação dos Princípios do Cooperativismo Mundial pela ACI em 1937. Já em 1848 a Cooperativa contava com 140 membros e doze anos depois chegou a 3.450 sócios e com um capital de 152 mil libras. (UNIMED, 2008)

Entendo as origens do cooperativismo já se torna possível ver que desde o principio de sua existência busca-se o desenvolvimento aos seus cooperados e formas de transformar a vida e a comunidades de todos os envolvidos. O cooperativismo se apresenta como uma alternativa, uma solução para toda e qualquer pessoa que busca de melhores condições de vida.

2.3.1 Cooperativismo no Brasil

O cooperativismo sempre surge como alternativa para sair ou evitar situações de crise e numa necessidade de desenvolvimento e progresso. No Brasil a cultura cooperativa pode ser observada desde seus tempos de colonização, porém ainda não forte o suficiente para a criação de cooperativas.

Segundo a UNIMED (2008) “os primeiros registros de trabalhos baseados na cooperação datam desde seu período colonial a partir das missões dos jesuítas”.

Klein (2005) complementa dizendo que os jesuítas em seus períodos de catequização criavam meios de organizar e transmitir ideais de ajuda mutua aos nativos, mas logo ficou visível que entre eles já havia certos princípios de cooperação, já tinham a consciência de trabalhar em prol de sua comunidade, podendo-se perceber que esta pratica de auxilio mutuo já era parte da cultura dos nativos e também de outras sociedades mesmo que, primitivas, esta aparentemente é uma forma inevitável de manter a existência.

No ano de 1847 no sertão do Paraná o medico francês Jean Maurice Faivre fundou a colônia Santa Tereza Cristina que teve um curto período de atuação, mas teve grande importância como referencia para realizações futuras. Também em 1850 a Sociedade do Socorro Mutuo, que não era propriamente uma cooperativa, mas que serviu de impulso, já que em seu estatuto tinham o objetivo de abrir uma cooperativa. (CARIZIO; SANTOS, 2010)

De acordo com a OCB (1973) a explicação é a mesma para todos os países ou regiões, o que determinará o tipo de cooperativa adotado dependera das necessidades existentes. Países como Alemanha, Itália entre outros, o grande problema socioeconômico na época para países ainda não industrializados ou em processo de industrialização era a produção agrícola e as condições de vida dos cidadãos do campo e o Brasil estava entre eles sendo possuidor de um vasto território com a industrialização praticamente inexistente, a sua força econômica estava basicamente na produção agrícola.

No entanto em períodos em que países mais desenvolvidos como Inglaterra e França já criavam suas primeiras colônias cooperativas o Brasil ainda dependia da mão de obra escrava, então o movimento apenas passou a ganhar força após a abolição.

De acordo com Martins (2006) com a abolição da escravatura no ano de 1888 e também a proclamação da República no ano de 1889 o ambiente já se mostrava favorável para as associações a prova é que já na primeira Constituição foi assegurado o direito de liberdade de associação em seu art.72, §8º. Em seguida passou a surgir um novo ambiente político e as primeiras organizações com título de cooperativas, nesse momento o Estado de direito, que legislava o associativismo rural e foi até o século XX quando passou-se a legislar especificamente o cooperativismo com a inclusão dos princípios de *rochdale* nas cooperativas nacionais.

No ano de 1889 surge em Santa Catarina à comunidade Rio dos Cedros e no mesmo ano na cidade de Ouro Preto (MG) a primeira cooperativa brasileira Sociedade Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto. Após dois anos em 1891 foi inaugurada a primeira cooperativa do Brasil na cidade de Limeira (SP). Já em 1895 nasce em Pernambuco à cooperativa de consumo de Caramagibe e pouco tempo depois sobre influência do jesuíta Theodor os colonos de origem alemã fundam a cooperativa de crédito rural, em Vila Império que atualmente é chamada de Nova Petrópolis (RS) que faz dela a mais antiga cooperativa em atividade no país (CARIZIO; SANTOS, 2010).

“As primeiras cooperativas que surgiram no princípio do século foram as de crédito rural, e o seu grande precursor, entre nós, o padre Theodoro Amstead, atravessara a fronteira da Argentina estabelecendo-se no Rio Grande do Sul”. (OCB, 1973)

Klein (2005) O sacerdote jesuíta Theodor Amstad foi de grande importância para a consolidação do cooperativismo no país, tanto que ficou conhecido como o Pai dos Colonos chegando a ser decretado recentemente como patrono do cooperativismo gaúcho na Lei 11.995/2003 Art. 16.

OCB (1973) Em 1932 com a promulgação da lei básica do cooperativismo, o Decreto 22.239, de 19 de dezembro de 1932, inicia-se um surto acentuado de cooperativas no Brasil, graças à experiência de grupos de imigrantes (japoneses italianos e alemães). Com este decreto foi sendo estabelecido um regime jurídico de liberdade para as cooperativas assim como condições para seu desenvolvimento das cooperativas que a partir de então se sentiram amparadas por um regime flexível porém seguro.

Com a vinda e experiência de imigrantes ao país começaram a surgir por todo o território organizações comunitárias principalmente no sul do país devido aos problemas de consumo, crédito e produção que os colonos enfrentavam ao se instalarem no Brasil. (CARIZIO; SANTOS, 2010)

“O movimento cooperativista brasileiro, à semelhança do ocorrido em grande número de países europeus, iniciou-se através do cooperativismo agrícola”. (OCB, 1973)

Reforçando Klein (2005) “As cooperativas agropecuárias também foram surgindo no sul do Brasil, principalmente nas comunidades de origem alemã e italiana, conhecedoras do sistema cooperativista europeu”.

UNIMED (2008) Na grande depressão e a crise do café nos anos 30 fez o governo de Getúlio Vargas incentivar as cooperativas a criarem a primeira Lei para regular e fiscalizar o seu próprio funcionamento. Não muito tempo depois em ritmo de desenvolvimento com o então presidente JK, novas cooperativas iam surgindo, as centrais se fortaleceram e houve avanço e tentativas de unificar o movimento cooperativista. Em 1964 o golpe militar o controle do governo sobre o cooperativismo acirrou e foi criado o Sistema Financeiro Nacional que quase trouxe a extinção as cooperativas de crédito por outro lado os militares eram de grande apoio as cooperativas agropecuárias mais por segurança a questão da alimentação

Diferente de alguns países europeus que iniciaram suas realizações cooperativas no ramo de consumo, no Brasil como já mencionado teve suas primeiras conquistas na agricultura, mas também depois do surto da segunda guerra mundial tendo de produzir suas próprias máquinas e lidar com as dificuldades urbanas começou a incentivar cooperativas nas metrópoles, que de início não teve muita aceitação, mas vendo o quanto bem sucedido havia sido no ramo agropecuário as cooperativas começaram a se espalhar pelo território nacional (OCB, 1973).

Segue alguns fatos datados adaptados da tabela divulgada pela UNIMED (2008) que marcaram o cooperativismo nacional e sua evolução ao longo da história:

- 1847 Foi fundada a colônia Santa Tereza Cristina com inspiração nas ideias humanistas
- 1889 Surge em MG a primeira cooperativa brasileira Sociedade Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto
- 1891 Criação da Associação Cooperativa dos empregados da Companhia Telefônica de Limeira, Estado de São Paulo.
- 1892 Foi fundada no Rio Grande do Sul a Cooperativa Agrícola de Antônio Prado

- 1894 Surge a Cooperativa Militar de Consumo no Rio de Janeiro
- 1895 A primeira cooperativa de consumo no Nordeste
- 1897 Campinas (SP), fundada a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Cia. Paulista.
- 1902 Com conceitos trazidos pelo padre jesuíta suíço Theodor Amstad, é fundada a primeira cooperativa de crédito rural do País, no município de Nova Petrópolis. Em Feliz (RS) foi criada a Associação dos Agricultores de Feliz.
- 1907 Decreto Federal 6.532 define as funções do cooperativismo, prevendo, inclusive, a constituição de federação para as cooperativas de crédito rural.
- 1911 Vila Nova (RS): surge a Cooperativa Agrícola e Caixa de Crédito Rural. Caxias do Sul (RS): Cooperativa Agrícola de Caxias e Caixa de Crédito Rural.
- 1932 Decreto Federal 22.239 adota a doutrina dos probos de Rochdale para o cooperativismo brasileiro. É a primeira lei do País a tratar especificamente de cooperativas, definindo-as como sociedades de pessoas e não de capital.
- 1933 Criado o Departamento de Assistência ao Cooperativismo (DAC), na Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo. Surge o primeiro órgão oficial da América do Sul com a finalidade de cuidar exclusivamente de cooperativismo.
- 1944 Passados 100 anos da fundação da primeira cooperativa no mundo, é realizado, em São Paulo, o I Congresso Brasileiro de Cooperativismo, com participação do então presidente da República, Getúlio Vargas.
- 1951 O governo brasileiro cria o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), para financiar cooperativas de todos os ramos.
- 1956 Em razão de divergências entre grupos cooperativistas nascem duas entidades representativas nacionais: Unasco (União das Associações Cooperativas), em São Paulo, e Abcoop (Aliança Brasileira de Cooperativas), no Rio de Janeiro.
- 1964 Com o Estatuto da Terra (Lei 4.504), o governo federal, já sobre regime militar, oficializa a intervenção estatal no cooperativismo, delegando ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) as funções de normatizar, registrar e fiscalizar as cooperativas. As dos ramos crédito e habitacional ficam sobre controle do Banco Central e Banco Nacional da Habitação, respectivamente. A Reforma Bancária, que criou o Sistema Financeiro Nacional desarticula o cooperativismo de crédito, com pequena tolerância para o crédito mútuo.

➤ 1967 Surge o Sistema Unimed, em Santos (SP), idealizado pelo Dr. Edmundo Castilho. É o nascimento do cooperativismo de trabalho médico no Brasil. Governo brasileiro institui, pelo Decreto-Lei 60.957, o Conselho Nacional do Cooperativismo, órgão ligado ao Incra com a função de prover recursos ao movimento cooperativista.

➤ 1970 Com o esforço do secretário da Agricultura de São Paulo, Antônio José Rodrigues Filho, apoiado pelo então Ministro da Agricultura Luiz Fernando Cirne Lima, o movimento cooperativista se unifica em nível federal e estadual, reunindo entidades até então divergentes com a criação da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e da Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (Ocesp). Começava a se formar o Sistema Cooperativista Brasileiro, com representação federal e nos Estados.

➤ 1971 Promulgada, em plena ditadura militar, a Lei 5.764, que detalha a classificação, a constituição e o funcionamento das cooperativas. Essa lei rege o cooperativismo brasileiro até hoje.

➤ 1983 Ao completar 50 anos, o DAC passa a ser denominado Instituto de Cooperativismo e Associativismo (ICA) e continua ligado à Secretaria de Agricultura de São Paulo. O ICA possui uma das bibliotecas mais ricas em cooperativismo no País.

➤ 1984 Criada a Frente Parlamentar do Cooperativismo, para defender os interesses do movimento cooperativista no Congresso Nacional. - Secretaria Nacional do Cooperativismo (Senacoop) substitui o Incra no controle das cooperativas.

➤ 1987 Mobilização nacional do movimento cooperativista sensibiliza parlamentares a incluir artigos na Constituição para a independência do cooperativismo perante o governo.

➤ 1988 É realizado, em Brasília, o X Congresso Brasileiro de Cooperativismo, com a participação de 1.500 cooperativistas de todos os Estados. - Com a promulgação da nova Constituição do Brasil, o cooperativismo finalmente conquista sua independência e a garantia do apoio do governo, partindo para a efetiva autogestão. Apenas o ramo crédito continua sobre controle estatal, pelo Banco Central.

➤ 1990 Criado, no Ministério da Agricultura, o Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural (Denacoop), para apoiar o movimento. São extintos o Conselho Nacional de Cooperativismo e o Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

➤ 1992 é eleito o então presidente da OCB, Roberto Rodrigues.

➤ 1994 Lei 8.949 inclui o seguinte parágrafo no artigo 442 da CLT: Qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviços daquelas.

- 1995 Conselho Monetário Nacional autoriza a criação de bancos cooperativos
- 1996 Surge o Banco Cooperativo Sicredi S.A.. Surge o Banco Cooperativo do Brasil S.A.(Bancoob).
- 1997 Brasil entra para a história do cooperativismo mundial: Roberto Rodrigues é eleito presidente da ACI. Primeiro não europeu a assumir o cargo, que ocupou até 2001.
- 1998 Medida Provisória 1.715 cria o Programa de Revitalização das Cooperativas Agropecuárias (Recoop) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop). O Sescoop, sob a administração da OCB, surge para implementar programas de capacitação, monitoramento e promoção social, visando ao aprimoramento da autogestão das cooperativas.
- 1999 Protocolado no Congresso Nacional projeto para uma nova lei do cooperativismo (PL 171), até hoje em tramitação. Cooperativismo paulista conquista cadeira de vogal na Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp), por meio de indicação do então governador Mário Covas.
- 2000 Rio Cooperativo, congresso realizado em dezembro no Rio de Janeiro, torna-se o maior evento cooperativista até então, com a participação de representantes de 70 países. O presidente da República Fernando Henrique Cardoso marca presença.
- 2001 Programa Cooperjovem, do Sescoop, é lançado em São Paulo, com o intuito de levar a prática da cooperação a alunos do ensino fundamental.
- 2003 Resolução do Banco Central autoriza constituição de cooperativas de crédito abertas, de livre admissão.
- 2004 Pela primeira vez na história do Brasil, o Dia Internacional do Cooperativismo é comemorado no Palácio do Planalto. O presidente Lula lança o Programa Brasil Cooperativo e anuncia que quer transformar o País numa “grande república cooperativista”.
- 2005 Com a participação de cooperativistas de todo o País são elaborados os Critérios de Identificação da Cooperativa de Trabalho. No mesmo ano, é protocolado na Câmara dos Deputados projeto de lei para regulamentar o ramo.
- 2006 Governador Geraldo Alckmin sanciona Lei de Apoio ao Cooperativismo de São Paulo (12.226).

Como é possível ver, nesta linha do tempo muitos fatos aconteceram na história do cooperativismo nacional, tiveram altos e baixos, enfrentou crises, falta de espaço e até mesmo de apoio, mas muito, como possível ver também foi conquistado. Atualmente o

cooperativismo tem seu espaço consagrado e todos já estão cientes de sua força e importância para as realizações nacionais

Atualmente mais de onze milhões de brasileiros são através de algum ramo cidadãos cooperativos, um número impressionante que mostra a força cooperativa nacional, mais que o dobro de que a uma década atrás quando 2002 eram pouco mais de cinco milhões. (OCB, 2014).

2.4 Princípios e Valores do Cooperativismo

A ACI- Aliança Cooperativa Internacional é o organismo máximo do cooperativismo mundial, tem o objetivo de representar e servir as organizações cooperativas por todo o mundo ainda sendo uma organização não governamental. A ACI foi fundada em Londres, em agosto de 1895, por dois grandes precursores e líderes do movimento cooperativista internacional, Eduardo Boyve e Eduardo Vansittart Neale.

No ano de 1995, em comemoração ao centenário da fundação, em congresso realizado em Manchester foi reestabelecido pela ACI os sete princípios que regem o funcionamento de toda e qualquer cooperativa no mundo. De acordo com diversos autores como a OCB; UNIMED e a própria ACI.

“Esses princípios permitem distinguir as cooperativas autênticas das eventuais malversações do tipo societário, as quais infelizmente ocorrem no âmbito do cooperativismo assim como nos demais segmentos da atividade humana”. (KLEIN, 2005)

As cooperativas são baseadas em valores de autoajuda, auto responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Na tradição de seus membros fundadores, os membros cooperativos creem em valores éticos, de honestidade, abertura, responsabilidade social e cuidada ao próximo. ACI (declaração de 1995)

Auto ajuda: baseia-se na ideia que todos podem e devem esforçar-se para controlar o seu destino. Um completo desenvolvimento individual apenas será possível em associação com outros indivíduos, através de uma ação conjunta e responsabilidade mútua, pois o indivíduo por si só torna-se limitado em suas ações e possibilidades. Os indivíduos também se desenvolvem através da troca de conhecimentos, pelos *insights* que ganham sobre a sociedade maior da qual fazem parte. Assim a cooperativa promove educação e desenvolvimento contínuo entre os envolvidos. Macpherson (2003 p. 26)

Auto responsabilidade: os membros são os responsáveis por sua cooperativa - por seu estabelecimento e atividade contínua tendo a responsabilidade de promover a cooperativa para

seus amigos e familiares. São responsáveis por garantir que a cooperativa seja independente e de outra organizações, publicas ou privadas. Macpherson (2003 p. 27)

Igualdade: Os membros possuem o direito de participar, de serem ouvidos e de serem informados, assim como possuem seus deveres. Devem ser associados de uma maneira que é a mais igual possível, que é, às vezes, um desafio difícil nas grandes cooperativas ou nas federações de cooperativas. Alcançar e manter a igualdade são um desafio difícil e continuo para todas as cooperativas. Macpherson (2003 p. 27)

Equidade: Os membros sempre devem ser tratados equitativamente na maneira com que são recompensados por sua participação, normalmente através dos dividendos, alocação de reservas de capital em seu nome ou na redução de tarifa e taxa. Assim como a igualdade alcançar a equidade dentro de uma cooperativa é um desafio continuo e sem fim. Macpherson (2003 p. 28)

Solidariedade: A ação cooperativa não é uma forma disfarçada de interesse próprio limitado, a cooperativa é mais do que uma associação de membros é uma coletividade onde os membros tem que ter em mente o interesse geral. Mais do que se responsabilizar pela igualdade, equidade e responsabilidade mutua dentro da cooperativa há de haver um interesse solidário com as outras cooperativas, aspirando à criação de um movimento internacional unido. Trabalhar junto para apresentar uma face comum ao publico e ao governo, aceitar que há uma comunidade entre todas as cooperativas independentes de seus propósitos diversos e diferentes contextos. A solidariedade e causa e a consequência da autoajuda e da ajuda mutua. Macpherson (2003, p. 28; 29)

Tradição dos fundadores: refere-se aos homens e mulheres excepcionais que fizeram contribuições notáveis como “fundadores”. Indivíduos que são reverenciados e admirados por cooperativistas e em outros movimentos também. Cujos valores práticos e éticos continuam sendo de grande importância, ou seja, essa referencia aos “fundadores” tem a intenção de lembra-los. Macpherson (2003 p. 30)

Valores éticos: valores éticos são valores pertencentes a outros tipos de organizações, porem também foi incluído nos valores cooperativos por seu lugar especial nas tradições e sua importante participação nas cooperativas pioneiras e também presente em muitos dos responsáveis pelo desenvolvimento e crescimento do movimento aos anos que se seguiram. Concluindo que este é um valor que deve se manter presente nas cooperativas atuais e futuras. Macpherson (2003 p. 30)

Honestidade: As primeiras cooperativas, principalmente a dos pioneiros de probos, possuíam um compromisso especial com a honestidade, um esforço até então distinto no mercado por insistirem em medidas honestas, alta qualidade e preços justos. As cooperativas de diferentes seguimentos ao longo de sua história se destacam por seus padrões de honestidade, como cooperativas trabalhistas com sistema de gerenciamento aberto, cooperativas financeiras pela maneira honesta de conduzir seu negócio principalmente no cálculo de pagamento de juros e as cooperativas agrícolas, buscando disponibilizar produtos de alta qualidade e honestamente tabelados. Macpherson (2003, p. 30; 31)

Abertura: é uma tendência de levar a honestidade para os acordos com seus membros e para os não membros, ou seja, revelam aos seus membros, ao público e ao governo informações consideráveis sobre suas operações. Macpherson (2003, p. 31)

Responsabilidade Social e cuidado com o próximo: refere-se à relação que as cooperativas possuem com suas comunidades, são instituições coletivas de uma ou mais comunidades, elas herdaram as tradições de preocupação com a saúde e bem estar dos indivíduos dentro das comunidades, devendo então sempre se esforçar para serem responsáveis socialmente em todas as suas atividades. Tornou-se comum, contribuições financeiras e recursos humanos para as comunidades que muitas vezes provêm a extensa assistência ao crescimento de cooperativas por todo o mundo em desenvolvimento. Uma tradição da qual deveriam orgulhar-se, ela reflete um valor que deveriam enfatizar. Macpherson (2003 p. 32)

Os princípios cooperativos são normas pelas quais a cooperativas colocam seus valores em prática. Os princípios foram criados a partir dos primeiros objetivos dos probos pioneiros.

São princípios resultantes dos valores cooperativos e que conferem ao cooperativismo o seu caráter legal. São chamados “princípios de Rochdale”. Eles permitem, a partir da conduta de seus membros, uma reconstrução permanente do movimento cooperativo. (FERRINHI, 1978 apud ROCHA, 1999)

Alguns acreditam que princípios são como mandamentos que devem ser seguidos ao pé da letra, o que não é exatamente errado se analisado no sentido de que os princípios devem prover um padrão de medida como restringir, proibir algumas ações ou até mesmo encorajar outras. No entanto princípios são mais que mandamentos eles são guias para julgar comportamentos e tomar decisões o que faz com que não seja relevante que uma cooperativa siga ao pé da letra os princípios como se estes fossem regras de um ditador, mas sim se a

cooperativa possui esses princípios na sua essência (seu sentido real) se o ideal de cada princípio proporciona individual e coletivamente. Macpherson (2003 p. 32)

Adesão livre e voluntaria – Podem associar-se as cooperativas todos aqueles que apresentam condições de utilizar e queira aceitar as responsabilidades de associado, sem discriminação de gênero, raça, condição social, preferencia política ou credo religioso. ACI (declaração de 1995)

Controle democrático dos membros – Participação ativa e direta de homens e mulheres associados quer no estabelecimento de diretrizes políticas, quer na tomada de decisões. Enquanto nas cooperativas de primeiro grau pratica-se a igualdade de direito (um membro, um voto), nos demais níveis os critérios de votação poderão ser estabelecidos segundo a representação dos associados por um determinado numero de delegados devidamente credenciados. ACI (declaração de 1995)

Participação econômica dos membros – Controle democrático da cooperativa e igual contribuição ao capital social sendo que uma parte do capital constitui propriedade comum da cooperativa. A Assembleia Geral poderá fixa uma limitada compensação ao capital subscrito como condição ao membro que se associa à cooperativa (quotas-partes), bem como benefícios aos cooperados na proporção de suas transações com a cooperativa. Poderão, ainda, ser criadas outras contribuições - para fundo de reserva, o desenvolvimento das atividades da cooperativa ou outras iniciativas aprovadas pelo corpo de associados. ACI (declaração de 1995)

Autonomia e Independência - A cooperativa é uma associação de ajuda mutua de pessoas que se unem voluntariamente para atender as suas necessidades nas áreas econômica, social e cultural, controlando elas mesmas o funcionamento da sua organização. No caso de haver entendimentos para apoio de outras organizações, inclusive governos, ou captação de recursos de fontes externas devem ser asseguradas a autonomia e o controle democrático da cooperativa por seus próprios associados. ACI (declaração de 1995)

Educação, formação e informação – dos associados, dos representantes eleitos, dos executivos e empregados da cooperativa para que eles possam efetivamente contribuir para o seu desenvolvimento. Além disso, a natureza e os benefícios do cooperativismo devem estender-se ao publico, em especial aos jovens e aos lideres da comunidade. ACI (declaração de 1995)

Intercooperação – (cooperação entre cooperativas) O trabalho conjunto e a interação das cooperativas, em níveis local, regional e internacional, fortalecem o movimento cooperativo e atendem os cooperados de maneira mais efetiva. ACI (declaração de 1995)

Preocupação com a comunidade – ou seja, os membros das cooperativas devem aprovar políticas especiais com o objetivo fundamental de contribuir para o desenvolvimento sustentável de suas respectivas comunidades. ACI (declaração de 1995)

2.5 Síntese Conclusiva

Neste capítulo foi apresentado um estudo bibliográfico sobre o Cooperativismo no entendimento de diversos autores de forma contextualizada. Além da definição do cooperativismo abordam-se também pontos relevantes como a origem do cooperativismo, o cooperativismo no Brasil, seus princípios e valores.

Levando se em consideração que a ideia de cooperar e cooperação existem há muito tempo, como determinar aonde e quando surgiu o cooperativismo. O estudo deste capítulo coloca em foco que o cooperativismo a partir de seus idealizadores e dos objetivos da primeira cooperativa, determinou seus princípios e valores que o distingui de outras formas de associativismo, aqui no Brasil é até regido por sua própria legislação e órgão regulador.

Desde sua criação o cooperativismo objetiva a transformação e o desenvolvimento, mesmo que na época não utilizavam o termo desenvolvimento já que este tinha um conceito ainda limitado. Ainda assim surgindo em meio a crises, em plena época da revolução industrial, o cooperativismo apresentou-se como uma alternativa para muitos que já se viam engolidos pelas péssimas condições de vida e trabalho.

Logicamente o cooperativismo ao longo de sua evolução teve seus fracassos, vários ensaios e tentativas de criação comunidades cooperativas e espalhar o ideal não tiveram sucesso, até mesmo no Brasil o movimento só ganhou força após a abolição.

Pode se perceber pela trajetória do cooperativismo que teve muitos altos e baixos, porém isso não diminui suas realizações e contribuições para o desenvolvimento de muitas comunidades e regiões.

O cooperativismo é mais que um modelo de organização, ele passa a ser visto como um estilo de vida, um ideal e para muitos uma alternativa entre o capitalismo e o socialismo. O cooperativismo desenvolve o meio social através do econômico garantindo assim um desenvolvimento socioeconômico para seus cooperados e as comunidades onde este inserido.

Através de grandes idealizados o cooperativismo ganhou por direito o reconhecimento da população de diversas nações e credos, devido a seus ideais de solidariedade de ajuda mutua contagiou populações de todas as partes do mundo e se propagou levando consigo a possibilidade de melhorar e realizar os objetivos de todos aqueles que se dispuser a trabalhar baixos seus valores e princípios em busca de um objetivo comum.

No próximo capítulo veremos a importância e o papel das cooperativas e cooperados nas realizações cooperativistas.

3. SOCIEDADES COOPERATIVAS

3.1. Introdução

O cooperativismo promove o desenvolvimento através de organizações de pessoas denominadas Cooperativas. Neste capítulo será apresentado para melhor entendimento à definição de Cooperativa e suas características únicas que a diferenciam de outros tipos de organização.

Além de conceituar cooperativa este capítulo trás suas finalidades ressaltando assim, sua importância para os associados e para a comunidade. Ha diversos tipos de Sociedades Cooperativas, porem será feito um estudo mais profundo nas cooperativas agropecuárias por sua relevância diante o tema da pesquisa.

Terá destaque ainda neste capítulo a importância da participação ativa e consciente do cooperado, em prol do sucesso da cooperativa da qual faz parte, demonstrando seus direitos e deveres para com esta.

3.2. Definição de Cooperativa

“Uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de um empreendimento de propriedade coletiva e democraticamente gerido”. (SEBRAE, 2009)

Uma definição que muito se assemelha a própria declaração da ACI em 1995, citado por Macpherson (2003, p 13) declarando que a cooperativa é uma associação autônoma de pessoas voluntariamente unidas para atender as suas necessidades e aspirações socioeconômicas e culturais, através da cooperativa sendo esta de propriedade coletiva e de controle democrático. O Autor enfatiza seguintes características nesta definição: Autônoma: ou seja, independente do governo e de empresas privadas tanto quanto for possível;

Associação de pessoas: o que segundo o autor deixa muito amplo o conceito sendo que “pessoas” ficam livres à definição da cooperativa algumas cooperativas aceitam pessoas legais, outras incorporam companhias, em todo caso ressalta-se que a natureza de sua prática deve ser decidida pelos membros de forma democrática; União voluntária: indicam que a filiação não deve ser compulsória, os membros devem ser livres para se filiar ou deixa-la caso desejem; Atendem as necessidades socioeconômicas e culturais: enfatiza-se nesta característica que as cooperativas são organizadas por seus membros para seu benefício individual e mútuo, as necessidades dos membros podem ser singulares e limitadas, pode ser social, cultura ou puramente econômica, porém qualquer que seja a necessidade, ele será o propósito central pelo qual a cooperativa existe; Empreendimento de propriedade coletiva e controle democrático: ou seja, o controle é distribuído entre os membros democraticamente. Macpherson (2003, p 22; 23)

De acordo com o Ministério do Trabalho (1997) Regula a sociedade cooperativa, entre nós, a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, [...] O próprio diploma regulador da sociedade cooperativa incumbe-se de conceituá-la. Assim, de seu exame, temos que sociedade cooperativa é modalidade de sociedade de pessoas com forma e natureza jurídica próprias, não sujeitas à falência, e de natureza civil.

Segundo a OCB (1973) Considera-se como cooperativa qualquer que seja a sua conceituação legal, toda a associação de pessoas que tenha por fim a melhoria socioeconômica de seus membros, através de uma empresa regida sobre as bases da ajuda mútua e que observe os princípios de *Rochdale*.

Em Sandroni (2010, p.190) define cooperativa como empresa formada e dirigida por uma associação de usuários, que se reúnem em igualdade de direitos com o objetivo de desenvolver uma atividade econômica ou prestar serviços comuns eliminando os intermediários. Reforçando o ponto de vista de Sandroni:

Cooperativa é a associação de produtores, fabricantes, trabalhadores ou consumidores, que se organizam e administram empresas econômicas, com o objetivo de satisfazerem uma variada gama de necessidades. Em outras palavras, pode-se enunciar que é uma associação de produtores, fabricantes e consumidores para partilhar sobras que, de outra forma, iriam para intermediários. (UNISUL, 2007)

Para facilitar o entendimento faz-se um comparativo das características entre as cooperativas e as empresas mercantis:

Quadro:3 **Cooperativa x Empresa Mercantil**

COOPERATIVA	EMPRESA MERCANTIL
O principal é o homem.	O principal é o capital.
O cooperado é sempre dono e usuário da sociedade.	Os sócios vendem seus produtos e serviços a uma massa de consumidores.
Cada pessoa conta como um voto nas assembleias.	Cada cota ou ação conta um voto na assembleia.
O controle é democrático	O controle é financeiro
É uma sociedade de pessoas que funciona democraticamente.	É uma sociedade de capital que funciona hierarquicamente.
As cotas não podem ser transferidas a terceiros.	As cotas podem ser transferidas a terceiros.
Afasta o intermediário.	São, muitas vezes, os próprios intermediários.
Os resultados retornam aos sócios de forma proporcional às operações.	Dividendos retornam aos sócios proporcionalmente ao número de ações.
Aberta à participação de novos cooperados.	Limita, por vezes, a quantidade de acionistas.
Valoriza o trabalhador e suas condições de trabalho e vida.	Contrata o trabalhador como força de trabalho.
Defende preços justos.	Defende o maior preço possível.
Promove a integração entre as cooperativas.	Promove a concorrência entre as sociedades.
O compromisso é educativo, social e econômico.	O compromisso é econômico.

Fonte: MAPA (2012)

3.3. Finalidade das Sociedades Cooperativas

“As sociedades cooperativas têm por finalidade a prestação de serviços aos associados, para o exercício de uma atividade comum, econômica, sem que tenham elas fito de lucro”. (Ministério do Trabalho, 1997).

“A cooperativa existe em função das pessoas - os cooperantes - que são donos e usuários”. Ou seja, a ideia central da cooperativa baseia-se simplesmente nas ideias e convicções de seus próprios associados empenhados em uma atividade comum, com fim de se dedicarem à atividades produtiva, econômica e social ou a serviços úteis e benéficos a todos os membros. (OCB-GO, 2009)

“É um instrumento que busca a solução de problemas que individualmente seria difícil serem solucionados. Objetiva viabilizar o associado economicamente, mediante prestação de serviços, desenvolvimento cultural e profissional.” (SESCOOP, 2007).

As cooperativas têm como objetivo através da organização social e econômica da comunidade e em bases democráticas constituir uma sociedade justa e livre. Ressalta-se também como objetivo a necessidade em atender os reais interesses dos cooperados, ou seja, prestar serviço aos seus cooperados assim como obter um desempenho econômico eficiente fazendo uso da produção de bens e serviços com qualidade à confiabilidade aos seus clientes e aos próprios associados. (INSTITUTO ECOLOGICO, 2007)

As cooperativas se baseiam na ajuda mútua dos sócios e em seus próprios esforços e devem atender aos interesses socioeconômicos dos mesmos, porém somente na medida em que estes desejos coincidam ou pelo menos não se vão à contra aos interesses gerais da comunidade. (UNISUL, 2007)

Segundo SEBRAE (2009) A cooperativa “é, então, um meio para que um grupo de pessoas atinja objetivos específicos, por meio de um acordo voluntário para cooperação recíproca”.

Para Garcia (1981, p.39) A real importância das cooperativas seria uma expressão direta de seus princípios, este tipo de particularidade manifesta nas cooperativas duas vias; uma é de interesse na organização e promoção social de seus cooperados e a outra seria a obrigatoriedade de produzir algum bem ou serviço garantindo certo grau de eficiência econômica, resumindo a duas faces uma representando uma instituição política e outra um empreendimento econômico. Atuar nestas dentro da mesma organização essas duas esferas (político e econômico) que dá a cooperativa um caráter tão específico.

De acordo com a SICOOB (2014) As cooperativas contribuem para promoção do desenvolvimento local. As cooperativas mantem sistemas justos de distribuição estimulam a criação de emprego, criam sistemas de oferta e mercado, possibilitam acesso a serviços financeiros. Como possuem um modelo de auto sustentabilidade e ajuda mutua, facilitam reconciliações políticas e sociais.

3.4. A relação da participação dos Cooperados com o sucesso das Cooperativas.

CBC (2008) Define cooperado: “é o (a) agricultor (a) familiar, o (a) trabalhador (a) ou outro profissional, de qualquer atividade socioeconômica, que se associa para participar ativamente de uma cooperativa, cumprindo com os seus deveres e observando seus direitos”.

“O ingresso das pessoas na cooperativa é livre a todos que desejam fazer uso dos serviços prestados pelo empreendimento cooperativo, desde que atendam aos pré-requisitos legais, estatutários e ao regimento interno”. (SESCOOP, 2010)

Nenhuma sociedade pode ser criada sem um determinado numero de sócios no caso das cooperativas seu numero mínimo são de vinte pessoas associados, porém sem a existência de numero máximo, essa adesão é voluntaria sem espaço a nenhum tipo de discriminação. A cooperativa sendo uma associação de pessoas não pode admitir pessoa jurídica exceto dentro das seguintes observações: ter por objetivo atividade relacionada ou idêntica as pessoas físicas que compõe a cooperativa ou não possuir finalidade lucrativa. (Ministério do Trabalho, 1997)

O SESCOOP (2010) Ressalta a importância de um preparo para uma associação com êxito, como realização de cursos sobre o cooperativismo, se informar sobre o estatuto e regime interno da cooperativa e conhecer os direitos e deveres dos cooperados.

O sócio na cooperativa não é um cliente, não é uma pessoas qualquer [...] O sócio da cooperativa é sua razão de ser. A palavra dono não é a melhor, mas ele é realmente o proprietário da cooperativa. Claro que ele não é dono sozinho, mas em conjunto com os outros sócios. A cooperativa passa a ser um braço alongado do sócio, uma extensão do associado. [...] A grande questão é cultural. O associado não sabe que é dono da cooperativa, ele pensa que é um mero cliente. O associado deve ter consciência que é dono. Por isso, tem que ter participação social e politica na cooperativa. Se o associado tiver essa visão da cooperativa, evidentemente esta será bem administrada. (PERIUS, 2001, p 28)

As cooperativas assim como o mundo em si se desenvolveram, ganharam espaço e já existem muitas cooperativas com perfis de grandes multinacionais, percebe-se que principalmente quando as cooperativas perdem aquela característica de pequena empresa familiar os cooperados tendem a agir como clientes. Porém a partir do momento em que a

pessoa voluntariamente se associa a uma cooperativa, precisa compreender que a cooperativa os pertences também, como sócio cooperado, possuem direitos assim como responsabilidades para com a cooperativa. Este tipo de compreensão é fundamental para o sucesso da cooperativa e conseqüentemente dos próprios associados.

Para SESCOOP (2010) toda cooperativa que conseguir obter um quadro social organizado, fiel e dedicado terá assegurado o sucesso em seus empreendimentos, acredita que associados acomodados e infiéis prejudicam o desenvolvimento da cooperativa. A cooperativa deve se tornar forte quando seus associados tiverem condições de usufruir e contribuir e tenham o entendimento da cooperativa como uma extensão de suas atividades. Com responsabilidade a cooperativa alcançará de uma forma organizada onde todos possam assumir o papel de verdadeiros donos, a presença e a participação à busca ininterrupta por conhecimento e profissionalismo fazem parte da cultura cooperativa que propicia um crescimento pessoal do cooperado tornando-os grandes líderes capazes de guiar a cooperativa ao sucesso, sempre tendo em mente que a cooperativa não é uma casa de caridade e nem uma simples casa de comércio, a cooperativa é uma prestadora de serviço aos cooperados, com objetivos econômicos, sociais e culturais. A participação torna-se mais clara, quando estabelecidos os direitos e deveres do quadro social.

Levando em conta a importância da participação e do papel do cooperado para a cooperativa a OCB-GO (2009) e (INSTITUTO ECOLOGICO, 2007) destacam alguns dos Direitos e Deveres dos Cooperados:

Direitos:

- Utilizar os serviços prestados pela cooperativa;
- Tomar parte nas Assembleias Gerais, discutindo e votando os assuntos que nelas forem tratados;
- Propor ao Conselho de Administração e às Assembleias as medidas que julgar conveniente ao interesse do quadro social;
- Efetuar, com a cooperativa, as operações que forem programadas;
- Obter, durante os 30 dias que antecedem a Assembleia Geral, informações a respeito da situação financeira da cooperativa, bem como sobre os balanços e demonstrativos;
- Votar e ser votado para os cargos no Conselho de Administração e Conselho Fiscal;
- No caso de desligamento da cooperativa, retirar o capital, conforme estabelece o Estatuto Social;

- Despertar para os princípios e valores que regem as ações cooperativistas;
- Conscientizar os participantes sobre a importância da participação e da cooperação, para que as necessidades individuais sejam satisfeitas através do grupo;
- Viabilizar aos participantes uma opção consciente das formas de sociedade.

Deveres:

- Integralizar as quotas-partes de capital;
- Operar com a cooperativa;
- Observar o Estatuto Social da cooperativa;
- Cumprir fielmente com os compromissos em relação à cooperativa;
- Respeitar as decisões da Assembleia Geral e do Conselho Diretor;
- Cobrir sua parte, quando forem apuradas perdas no fim do exercício;
- Participar das atividades desenvolvidas pela cooperativa;
- Participar ativamente das Assembleias, dando opiniões e votar;
- Zela pelo interesse comum de autonomia da sociedade;
- Buscar capacitação profissional para o desempenho de suas atividades;
- Estimular a interação da cooperativa com o movimento cooperativista.

Mendes (2010) a natureza associativa da cooperativa faz com que seja necessária a interação entre os sócios, os funcionários e os diretores da cooperativa mesmo que muitos dos cargos sejam ocupados pelos próprios sócios cooperados. A participação dos sócios faz parte dos fundamentos sendo reforçada inclusive por dois de seus princípios: controle democrático dos sócios e participação econômica dos sócios. O primeiro diz respeito à responsabilidade dos associados na organização das atividades, tomada de decisões a autora ressalta ainda o poder de participação ao instituir a relação a “um homem, um voto”, o segundo diz respeito ao capital ao qual todos são donos e tem direito em decidir como utilizados e aos rendimentos deste. A autora diz ainda que “a participação é inerente à cooperativa e essencial para seu desenvolvimento e progresso”.

“O bom resultado de uma cooperativa depende, também, da clareza de responsabilidades recíprocas, na gestão democrática do empreendimento comum. A prática efetiva dos direitos e deveres na cooperativa assegura o processo participativo, democrático e auto gerenciado.” (OCB-GO, 2009).

3.4.1 Estudos realizados com relação à participação dos cooperados.

Oliveira (2007) Realizou em São Gabriel-RS um estudo de caso descritivo e com abordagem quantitativa buscando avaliar o comprometimento dos cooperados com a sua cooperativa pois acredita-se que esta relação tem influenciado no enfraquecimento do sistema cooperativo esta busca faz com que indague-se se aqueles relacionados a cooperativa compreender a diferença entre esta e as empresas mercantis. Acredita-se que a falta deste conhecimento afeta no nível de fidelização e participação dos cooperados.

A pesquisa foi realizada com três cooperativas de São Gabriel , Cooperativa de lã Tepuja, Cotrau e Sicredi, dessas três cooperativas mais de 60 cooperados responderam o questionario e puderam expressar de forma totalmente livre suas opiniões. Após a pesquisa conclui-se que a uma carencia de comprometimento dos cooperados, mostrou-se que o comprometimento não se consolida de acordo com o tempo em que o associado faz parte da cooperativa, o comprometimento tambem e baixo em relação a comercialização dos produtos e serviços pois os cooperados buscam os mesmo resultados que em empresas mercantis. Comprovou-se que os cooperados operam com empresas concorrentes fora do sistema cooperativo enfraquecendo e deixando vulneravel a crises a sua cooperativa. Quanto a participação ativa dos cooperados apresentou-se baixo considerado necessario para uma organização que deve se manter competitiva e o pouco dessa participação visa o beneficio financeiro deixando lado as vantagens do sistema cooperativo, alegam que a razão da pouca participação deriva-se da falta de tempo e de motivação a esses deveres que são de grande importancia para uma empresa cooperativa. Quanto ao conhecimento dos cooeprados ao estatuto interno da cooperativa somou-se ao pouco conhecimento das leis cooperativa , apesar de dizerem conhecer a sua falta de participação e atitudes com a cooperativa demonstra quao limitado são seus conhecimentos cooperativos.

Compreende-se que o nível de envolvimento e comprometimento do cooperado com a cooperativa assim como o nível de conhecimento do sistema cooperativo é de fundamental importancia para o fortalecimento da cooperativa.

Constatou-se neste estudo que as cooperativas de São Gabriel apresentam uma grande fragilidade em sua essencia pois seus cooperados não incorporam a verdadeira função do sistema cooperativo tornando-os desmotivados e pouco comprometidos , não compreendem o porque das cooperativas, nem diferenciam a missão das cooeprativas com relação as empresas mercantis.

Um estudo realizado Mendes (2010) analisa-se a relação entre a participação dos cooperados e educação cooperativista e satisfação. Neste estudo a autora busca verificar se o conhecimento cooperativista influencia no grau de satisfação e participação do cooperado e se esta satisfação tem influência na participação do cooperado. Este estudo tornou-se necessário ao se levar consideração à importância da participação dos cooperados para o sucesso das cooperativas fazendo com que se torne necessário entender o que eleva a participação dos cooperados. A autora realizou um estudo de caso em uma grande cooperativa de café no estado de MG denominada Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Varginha Ltda. que foi fundada em 1958 na cidade de Varginha no sul de MG. No ano da pesquisa, ou seja, em 2010 a cooperativa contava com 3.710 cooperados atuantes, a cooperativa tem como objetivo fortalecer o cooperativismo, seu desenvolvimento técnico e administrativo e a satisfação do cooperado. Para o estudo foram utilizados 263 dos 320 questionários enviados aos cooperados chegando à conclusão de que os conhecimentos cooperativos são imprescindíveis na busca do desenvolvimento e da competitividade da cooperativa, ou seja, os cooperados precisam conhecer os valores e princípios do cooperativismo, assim como a regulamentação da cooperativa ao qual faz parte e isso reforça a necessidade de ser exigente quanto a esses critérios logo que estes cooperados se tornam integrante da cooperativa. Quanto à participação de acordo com a autora é uma característica inerente e fundamental para garantir a transparência na governança cooperativa assim como o bom desempenho. Quanto a relação entre ambos, conhecimento cooperativo em relação a participação este conhecimento é importante pois o entendimento cooperativo faz com que o cooperado saiba qual seu papel na cooperativa e o que a própria cooperativa representa.

3.5 Cooperativas Agropecuárias

De acordo com a UNIMED (2008) O cooperativismo sendo uma organização socioeconômica, inserida na sociedade no contexto atual, também deve passar por transformações, ou melhor colocando, adequações para que possa atender melhor as demandas de seu quadro social, assim sendo a OCB em 1993 iniciou a nomenclatura dos ramos brasileiros os adaptando as exigências atuais do mundo do trabalho.

O Brasil possui treze ramos do cooperativismo: Consumo, Crédito, Saúde, Transporte, Educacional, Especial, Habitacional, Infraestrutura, Mineral, Produção, Trabalho, Turismo e Lazer e Agropecuário.

Neste estudo o foco será o ramo agropecuário, por serem as cooperativas agropecuárias o fator de relevância nesta pesquisa.

Para o SEBRAE (2009), esta relacionada à cooperativa agropecuária os produtores rurais ou agropastoris e pesca que trabalham coletivamente em várias etapas da cadeia produtiva. Desde a compra de sementes, insumos, rações até a colheita, armazenamento, industrialização e a venda. A cooperativa também pode promover a compra comum de insumos com vantagens que um produtor sozinho não teria.

A UNIMED (2008) complementa dizendo que por muitas décadas o ramo foi sinônimo de cooperativismo no país pelo tamanho de sua importância e força na economia nacional, caracterizando as cooperativas por seus serviços prestados aos cooperados, como o recebimento e comercialização da produção conjunta, armazenamento, industrialização e até mesmo assistência técnica educacional e social.

E as vantagens dos produtores foram imensas com a instalação de cooperativas, pois estas, ao contrário daqueles intermediários, atuam sem qualquer finalidade lucrativa, operando em favor dos seus associados, exclusivamente, beneficiando-se estes dos serviços prestados pelas cooperativas, pelo preço de custo, pois o excedente lhes é devolvido sob a forma do retorno. (OCB, 1973)

Durante a década de 90 apresentou-se estabilidade no setor, havendo um crescimento de 13.3% de cooperativas agropecuárias. Dentro deste período em 1993 a 1995 constata-se uma involução nos números de cooperativas deste segmento no Brasil fato que mudou a partir de 1999 com um discreto crescimento no número de cooperativas. Esses fatores provocaram uma queda na participação do ramo no cooperativismo nacional. Ainda na década de 90 havia 1.400 cooperativas que representavam 39,2% das cooperativas nacionais, já em 2001 registrou-se 1.587 cooperativas que correspondiam a 22.6 % das cooperativas do país e o número de cooperado do ramo já era de 822,292 representando na época 17,2% dos cooperados em nível nacional.

No ano 2000 o setor agrícola deteve uma significativa atuação nas cadeias produtivas, sendo responsável pela produção de 62% do trigo, 44% da cevada e 28% da soja do Brasil. A exportação apresentou um crescimento de 72.3% entre 1990 e 2001 passando de U\$ 657 mil dólares para U\$1.132 dólares neste período.

A variação no volume de exportação vista ao longo deste período da década de 90 deve-se a diversos fatores internos e externos à organização ao longo dos anos, envolvendo

aspectos referentes ao tamanho da safra nacional e internacional, a política de incentivo a exportação, os preços, entre outros. (OCB, 2002)

No ano de 2011 o número de cooperativas agropecuárias era de 1.523 sendo que no ano anterior havia 1.548 e mesmo com esta redução em números de cooperativa o ramo manteve-se líder nacional. No início de 2013 ainda na liderança em relação aos outros ramos o número de cooperativas alcançou 1.561. Já em números de associados o segmento perde somente para o ramo de crédito e consumo e mesmo havendo uma baixa no número de cooperativas de 2010 para 2011 houve um aumento no número de cooperados sendo que em 2010 registravam-se 943,054 em 2011 o número subiu para 969.541 chegando há um pouco mais de 1 milhão em 2013. (OCB, 2014; Sescop, 2011)

As exportações das cooperativas chegaram a US\$ 6 bilhões em 2013. Historicamente, a balança comercial das cooperativas apresenta saldo extremamente positivo, tendo alcançado US\$ 5,6 bilhões no acumulado de janeiro a dezembro. Mais de 90% das exportações são de produtos agropecuários, entre eles: açúcar, soja, café, carnes bovina, suína e de frango. As vendas das cooperativas alcançaram 143 países e das 27 unidades da Federação, 21 realizaram exportações por meio de cooperativas. OCB (2014)

Quadro: 4 NUMERO DE COOPERATIVAS AGROPECUARIAS NO BRASIL											
2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
1.587	1.624	1.519	1.398	1.514	1.549	1.544	1.611	1.615	1.548	1.523	1.561

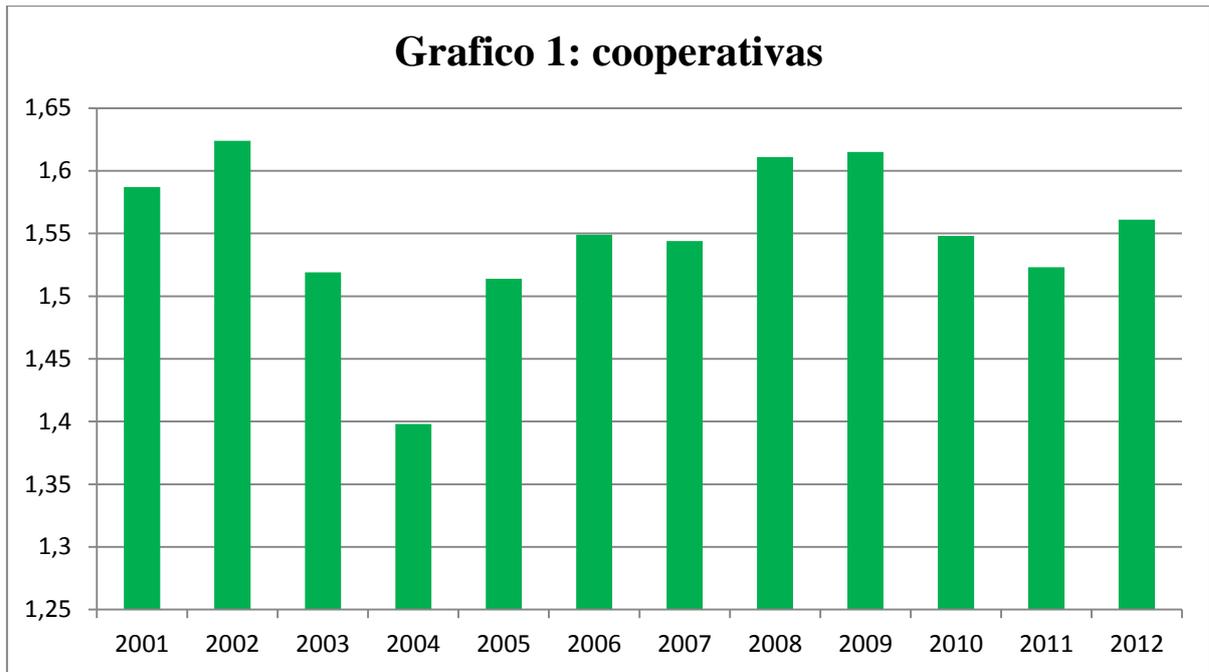
Baseado em OCB (2014) e Sescop (2011)

Quadro: 5 NUMERO DE COOPERADOS											
2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
822,29	865,49	940,48	865,17	879,91	886,07	879,64	968,76	942,14	943,05	969,54	1006,19
4	4	2	3	8	6	9	7	7	4	1	7

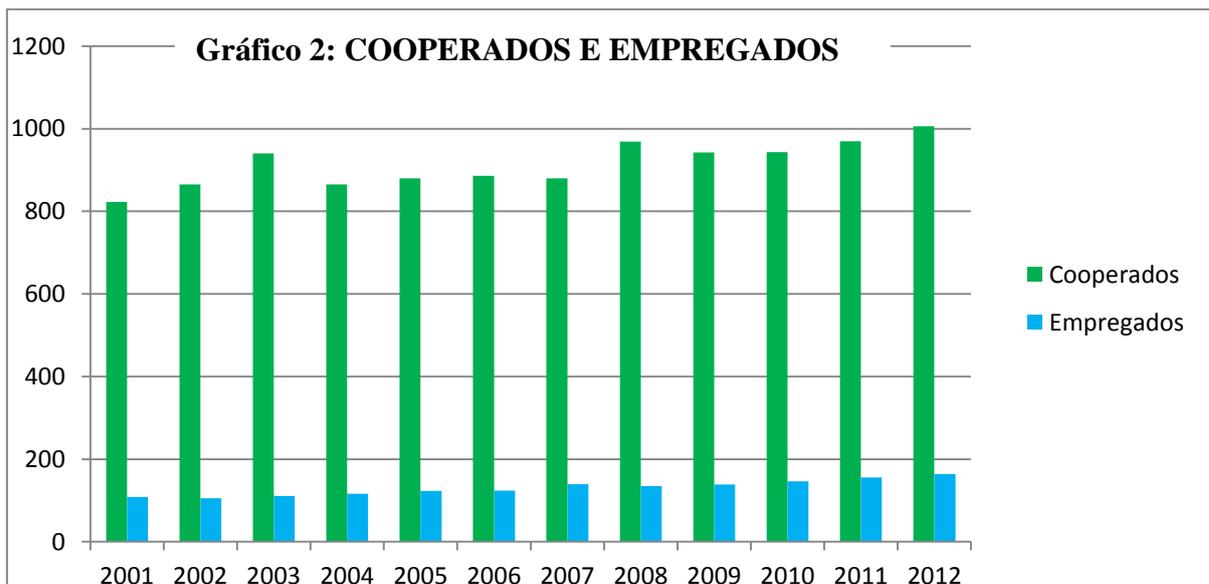
Baseado em OCB (2014) e Sescop (2011)

Quadro 6: NUMERO DE EMPREGADOS											
2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
108,27	105,59	110,91	116,27	123,36	123,89	139,60	134,57	138,82	146,00	155,89	164,22
3	7	0	3	8	0	8	9	9	1	6	3

Baseado em dados da OCB(2014) e SESCOOP (2011)



Baseado em dados da OCB (2014) e SESCOOP (2011)



Baseado em dados da OCB (2014) e SESCOOP (2011)

Por esses diversos dados percebe-se o quanto o cooperativismo agrícola se faz presente na realidade brasileira. Tiveram baixos e altos que demonstram a instabilidade do mercado ao qual faz parte, crise e estagnação econômica e do processo de maturidade da atividade dessa natureza no país. Faz-se importante ressaltar que o cooperativismo agropecuário existe pela necessidade dos produtores se tornarem capazes de atuar como uma força competitiva algo que seria difícil sem o trabalho conjunto que a cooperativa proporciona principalmente ao pequeno produtor. Junior (2013) Aponta alguns benefícios do cooperativismo agropecuário aos produtores:

- Prestação de serviços a acesso a tecnologia: ou seja, nas cooperativas a um acompanhamento da produção onde os produtores recebem auxílio em relação ao plantio a modernização da máquinas como tratores colheitadeiras, capacitação.

- Agregação de valor e eficiente atuação na cadeia produtiva: a produção passa por processos de industrialização, mesmo o não industrializado terá uma melhor qualidade por todo o trabalho realizado desde o plantio, ou seja, como parte da cooperativa todo o processo da cadeia produtiva torna-se amparado garantindo uma melhor atuação.

- Economia de escala no processo de compra e venda;

- Inclusão dos agricultores no mercado: É difícil se inserir no mercado tão competitivo e em constante movimento, principalmente para a agricultura familiar por isso através das cooperativas unindo forças e aumentando a capacidade de negociação passa a haver essa inclusão dos agricultores no mercado.

Os agricultores participam de um mercado cuja estrutura é bastante atomizada e bem competitiva, colocando-os como meros tomadores de preços, tanto no momento da compra de insumos como na venda de seus produtos. Esse posicionamento competitivo no mercado propiciou a existência de estruturas econômicas intermediárias, como as cooperativas agropecuárias, garantindo ao produtor um menor risco na sua atividade e um maior valor agregado para os seus produtos que, isoladamente, em muitos casos, seriam presas fáceis daqueles mercados. (BIALOSKORSKI NETO; 1994 apud GIMENES; GIMENES, 2007).

Estudos mostram que produtores que são assistidos por cooperativas tem aumento na produtividade de seu empreendimento agropecuário e possuem uma melhor renda. Nas regiões que possuem um maior número de cooperativas agropecuárias, ou melhor, dizendo um maior número de propriedades vinculadas a cooperativas apresentam um maior índice de produtividade da terra. Os maiores números de cooperados do ramo agropecuário encontram-

se no sudeste e sul do país acredita-se que isto acontece por conta da tradição dos colonizadores alemães e italianos da região, o nordeste até possui um grande numero de cooperados porem em outros ramos como infraestrutura pode-se ver nessas regiões grandes diferenças na capacidade de produção. (OCB, 2014)

3.6. Síntese Conclusiva

Compreende-se que a cooperativa existe em função cooperado, é esta a sua razão de ser, diferente de outras organizações a cooperativa, não objetiva lucro e sim alcançar os objetivos de seus associados, é um organização de pessoas e não de capital.

A principal finalidade da cooperativa independente de seu ramo de atuação é a realização dos objetivos dos associados, percebe-se a ironia das cooperativas, por serem empresas autônomas, democráticas e todos os cooperados sendo seus próprios donos, faz com que o próprio cooperado seja o responsável pelos resultados da Cooperativa, ou seja, se esta ira ou não garantir-lhe o alcance de suas metas.

Diferente das primeiras cooperativas as cooperativas atuais tem um novo perfil, grande parte delas já possuem processo de industrialização, são responsáveis pelos grandes valores de exportação, que é o caso das cooperativas agropecuárias, esse perfil de multinacional faz com que muito dos cooperados haja como meros clientes quando além de clientes são donos e como tal cõsul de deveres e direitos com a cooperativa.

Neste estudo ficou claro que a Cooperativa tem um forte papel e importantes funções não apenas para o cooperado, mas com o a localidade e comunidade em que esta sediada.

As cooperativas agropecuárias mostraram um grande desempenho no território nacional, responsáveis por exportação, geração de empregos, apesar de um índice instável nos números de cooperativas referente apenas as alterações de um ambiente competitivo e dependente de fatores externos. Ainda assim as cooperativas agropecuárias tem um grande papel na economia nacional representam praticamente 50 % do PIB nacional advindo deste ramo.

No próximo capítulo serão apresentados conceitos de desenvolvimento e os fatores que determinam o desenvolvimento local.

4. CONTEXTUALIZANDO O DESENVOLVIMENTO

4.1 Introdução

Existem muitos estudos e estudiosos que debatem sobre conceitos e formulas para definir, conceituar e criar planos e ideias de desenvolvimento que correspondam às expectativas e necessidades ao qual são elaborados.

Sendo um dos temas em foco nesta pesquisa o “Desenvolvimento”, este através do cooperativismo, se torna necessário um entendimento mais aprofundado sobre o assunto.

Neste capítulo abordaremos o desenvolvimento dentro da sociedade e sua importância, inicialmente para facilitar o entendimento haverá uma demonstração de definições de desenvolvimento em diferentes âmbitos, criando assim, uma ideia geral do significado de desenvolvimento para que em seguida seja possível uma melhor síntese do tema proposto.

Haverá uma breve conceituação de desenvolvimento local e dos fatores que o determinam.

4.2. Definição

É extremamente difícil conceituar ou definir o termo “desenvolvimento” é mais fácil dizer que este possui uma rede de conceitos ao serem agregados a adjetivos como local, sustentável, econômico entre outros.

Segundo Fischer (2002) pode se dizer que desde o inicio de sua origem o conceito de desenvolvimento sugeriu o emprego de meios, estratégias para criar ou produzir mudanças. A autora destaca que o termo adveio da biologia e que logo após a teoria de Darwin, este foi tido como um sinônimo de evolução. No final do Século XVIII a palavra é transferida para área social e passa a ser usada para designar um processo gradual de mudança social.

No dicionário de Tersariol da língua portuguesa pode-se apontar entre os vários os significados:

- Ação ou efeito de desenvolver ou desenvolver-se;
- Progresso; aumento das capacidades ou possibilidades de algo;
- Crescimento econômico, social e político de um país região ou comunidade.

Logo que inserido no meio social por décadas o conceito de desenvolvimento apenas foi trabalhado e entendido num contexto capitalista, compreendendo que o desenvolvimento estava apenas relacionado a taxas e indicadores econômico, sempre associado ao progresso

material e a modernização tecnológica, uma conceituação não exatamente errada porém limitada a realidade.

A definição mais frequente utilizada para o desenvolvimento segundo Veiga (2000) foi a de crescimento econômico e por esta razão sempre era dimensionado em base de renda per capita e nas taxas de emprego. Na década 60 aqueles que alcançaram a riqueza eram as que possuíam através da industrialização então este modelo passou a ser seguido pelas outras nações mas os resultados obtidos em crescimento econômico em países semi-industrializados como o Brasil não chegou ao acesso da população pobre e carentes.

Este conceito de crescimento econômico, que também foi chamado de fordismo fazia parte tanto dos países industrializados como nos emergentes, e muito tempo parecia dar certo fundado sobre o tripé: abundância de recursos naturais; aumento da produtividade de trabalho e presença do estado de bem estar e economia crescia de forma expressiva, porém começou a entrar em declínio na década de 70, com a crise do petróleo demonstrou o esgotamento de um dos principais recursos naturais, até aquele momento tinham a ideia de que os recursos eram inesgotáveis. Com isso houve uma estagnação no crescimento e a busca por novos processos inovadores. BUARQUE (2008).

Muitos autores conceituam desenvolvimento como um mero sinônimo de crescimento econômico, outros autores tem a visão de que, ambos os conceitos são interligados.

Segundo Souza (1993) o conceito de desenvolvimento possui duas vias, uma em que o crescimento econômico entra como um sinônimo e outra onde o crescimento econômico aparece como uma condição para que haja o desenvolvimento.

De acordo com a PNUD (2012) O conceito de desenvolvimento também parte do pressuposto de que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico devem-se considerar também outras características como sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana.

A PNUD (2012) diz ainda: “A renda é importante, mas como um dos meios do desenvolvimento e não como seu fim”.

4.3. Desenvolvimento Local

As ideias de desenvolvimento se fazem sempre presentes no cotidiano das pessoas, de forma implícita, outras explícitas, mas percebe-se que há nos últimos anos uma busca desenfreada por esse desenvolvimento, principalmente vindo de países, regiões ou territórios. (RECH; BRUMES, 2008)

Desenvolvimento local encontra-se em evidencia como um novo conceito de promoção de bem estar social, A definição pura do termo corresponde à totalidade de qualquer medida realizada por parte do poder publico e da iniciativa privada ao nível local que visam o aumento do grau da competitividade do município. (FICIAP; SEBRAE, 2010)

Para Martins (2002), Quando se fala em desenvolvimento local se torna impossível não pensar no sentido de escala , ou seja, local é abordado no sentido de lugar, visto como base territorial das atividades sociais que dão a este local sua singularidade. As praticas presentes sejam individuais e coletivas é que formam a identidade do local.

Pode ser conceituado como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local. Buarque (2008, p.25)

4.4. Fatores que determinam o desenvolvimento Local

Dentro de uma localidade há diversos fatores que interagem e influenciam o desenvolvimento local.

FICIAP; SEBRAE (2010) Apontam fatores determinantes do desenvolvimento das localidades.

- **Fatores tangíveis relacionados com a localidade:** São fatores facilmente mensuráveis, assim como o acesso às vias de transporte, a posição geográfica junto aos mercados fornecedores e comprador, o acesso à energia elétrica, água, telecomunicação e outros qualidade e quantidade dos recursos humanos.

- **Fatores intangíveis relacionados com a localidade:** São difíceis de serem medidos, mas que, mesmo assim, têm um impacto na evolução da economia local. Englobam o clima econômico local ou regional, a qualidade e flexibilidade da administração pública, a existência de instituições científicas, a imagem da localidade, e de formação e a existência e capacidade de associações econômicas.

- **Fatores intangíveis pessoais:** São os que determinam a disponibilidade de o pessoal qualificado de uma empresa aceitar as condições de vida oferecidas localmente. Coloca-se como exemplo, para uma empresa operando no interior nordestino não é fácil encontrar um engenheiro especializado, que aceitaria mudar da capital litorânea para o vilarejo. A qualidade

de ensino local não corresponde a das escolas da capital. Esse tipo de fator pode ser importante para empresas que dependem, até certo grau, de recursos humanos de alto nível.

4.5 Síntese Conclusiva

Compreende-se que o crescimento econômico é importante no processo de desenvolvimento, porém, não se deve considerar um local, região ou país desenvolvido levando-se em conta apenas seu capital econômico ou tecnológico, deve-se avaliar também o bem estar, ou seja, se esta tecnologia, este capital financeiro esta trazendo benefícios, como: saúde, educação e entretenimento, enfim o crescimento econômico entra no desenvolvimento como um componente da formula, importante sim, porém não suficiente.

Outro ponto que se deve refletir quando se trata de desenvolvimento é o impacto que este trás, principalmente a países subdesenvolvidos, por exemplo, a industrialização que trás como consequência o desemprego, ou até mesmo a modernização e seus efeitos ao meio ambiente. Estes são pontos que deixam visível que quando trata se de desenvolvimento é bem mais complexo do que o termo em si, por esta razão que o tema vem sendo tão debatido nas ultimas décadas.

Em meio esses dilemas sobre o desenvolvimento, muitos começam a estudar sobre o desenvolvimento local, um novo conceito relacionado ao bem esta social. Se tratando de um conceito tão especifico, leva-se a focar no local como um lugar e se tratando disto significa que como todo lugar possui características e fatores específicos.

Muitos fatores que determinam o desenvolvimento local são mais fáceis de perceber por serem elementos tangíveis como mercados, empresas, outros nem tantos por se tratar de elementos muitas vezes pessoais.

Independente dos fatores que determinam o desenvolvimento local, sejam fáceis de identificar ou não, cabe a toda cooperativa interagir com estes fatores em sinergia e altera-los em benefício da localidade se necessário.

Percebe-se também que as cooperativas além de interagirem com esses fatores de desenvolvimento tornam-se a partir do momento que passam a contribuir para o desenvolvimento local a ser vistas como um fator deste.

No próximo capítulo apresenta-se exemplos de cooperativas que fizeram a diferença.

5. COOPERATIVAS AGROPECUARIAS EM AÇÃO

5.1. Introdução

O papel das cooperativas agropecuárias é garantir que seus cooperados prosperem isto indica que as cooperativas precisam primeiramente garantir as conquistas básicas de seus associados, mas expandindo-as a tudo que os rodeia garantindo assim a realização de sua finalidade de forma completa e em constância.

A proposta deste capítulo é ressaltar a contribuição das cooperativas agropecuárias no desenvolvimento local.

Levanta-se inicialmente o ponto de vista de alguns autores quanto a participação das cooperativas no desenvolvimento das localidades onde atuam em seguida serão apresentados dois casos de cooperativas que foram de grande importância para o desenvolvimento local onde possuem instalações.

5.2. Cooperativas Agropecuárias contribuem para o desenvolvimento local?

Para Bernardi (2012) “As cooperativas de um modo geral exercem um papel de coordenação e cooperação para proporcionar o desenvolvimento e o crescimento econômico tanto dos cooperados como também da sociedade regional”.

Alves (2008) “As cooperativas são organizações com atuação local e que possuem como cooperados, pessoas da própria comunidade”.

Reforçando esta afirmação o autor Oliveira (2001) diz que as cooperativas sendo organizações que trabalham na comunidade onde atuam não só agregam valor aos cooperados como promovem o desenvolvimento local.

A contribuição do Cooperativismo, segundo a OCB-GO (2009) em vias do desenvolvimento econômico, social e cultural é como um meio para:

- Melhorar a situação econômica, social e cultural das pessoas com recursos e possibilidades limitadas, assim como para fomentar seu espírito de iniciativa;
- Incrementar os recursos pessoais e o capital nacional mediante estímulo da poupança e sadia utilização do crédito;
- Contribuir para a economia, através do controle democrático da atividade econômica e de distribuição equitativa dos excedentes;
- Possibilitar emprego mediante ordenada utilização de recursos;

- Melhorar as condições sociais e completar os serviços sociais nos campos da habitação, saúde, educação e comunicação;
- Ajudar a elevar o nível de conhecimento geral e técnico de seus sócios.

Grande é o numero de cooperativas que contribuem pelo mundo para trazer soluções aos diversos problemas com que enfrentam os países e a humanidade, pela importância e valor dessa contribuição é que o cooperativismo se tornou em uma alternativa viável na geração de trabalho e renda a população e vem cumprindo com sua função que é o desenvolvimento dos setores urbanos e rurais. A qualidade da contribuição do cooperativismo para o desenvolvimento local depende com certeza da responsabilidade e da capacidade dos cooperados que são a razão de ser da cooperativa. OCB-GO (2009)

Como vimos anteriormente o cooperativismo desde sua idealização carregava em seus ideais a preocupação com a comunidade tanto que esta inclusa em seus princípios, ou seja, os membros cooperativos devem aprovar políticas especiais que contribuam para o desenvolvimento sustentável de suas respectivas comunidades, assim como promover projetos de apoio a sociedade.

5.3. Caso da COAPECAL

Este estudo foi realizado por Abreu et al. 2008 pela Universidade Federal de Campina Grande foi publicado em : Revista de Geografia. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 25, n. 3, set/dez. 2008.

A COAPECAL foi fundada no ano de 1997 no município de Caturité inserido na bacia hidrográfica do Rio Paraíba localizada na Microrregião da Cariri tendo como uma de suas principais atividades econômicas a pecuária, a cooperativa foi criada por um pequeno grupo de produtores de leite.

A pequena cidade de Caturité esta há uma distancia de 160 km da capital e sua população em aproximadamente de 4.200 habitantes, a principal fonte de renda procede da pecuária e serviços públicos. Diante a irregularidade das chuvas a pratica da agricultura comercial e ate mesmo a de subsistência é desfavorecida forçando assim o desenvolvimento da pecuária leiteira.

Em 2008 a COAPECAL agregava cerca de 1.160 fornecedores onde exercia o controle sobre o leite desde a fazenda ate os pontos de revenda sem intermediários. A cooperativa surgiu pela necessidade dos produtores ao enfrentarem dificuldades como a falta de investimento no setor, a falta de chuva , o baixo preço do leite praticado e a concorrências

com mercados e outras empresas. Estas empresas deixaram de comprar a produção leiteira do estado e passaram a comprar em outros, deixando os produtores sem opção de escoar sua produção no mercado.

A ideia de criar uma Cooperativa de beneficiamento ao leite surgiu no final do ano de 1996, na ocasião se discutia uma possibilidade para melhorar a qualidade de vida daqueles que sobreviviam da pecuária no município, surgindo assim de alguns pequenos agricultores a sugestão de criar algo que objetivasse um melhor favorecimento da comercialização do leite produzido pelos mesmos.

No início a Cooperativa contava com a produção de apenas 2.500 litros de leite por dia que provinham dos pequenos produtores das proximidades, desde a data da fundação até 2008 já possuíam 55 mil litros de leite por dia que provinham de 28 municípios das redondezas e integrando 1.160 produtores sendo que no início poucos acreditaram na viabilidade do projeto.

A instalação da COAPECAL na região do Cariri Oriental forneceu mais de mil empregos indiretos, já que o aumento na produção do leite se fez necessário novos postos de trabalho inclusive para prestar assistência técnica as fazendas. Os empregos diretos chegaram a mais de 150 funcionários com vínculo empregatício.

Pode se enfatizar com uma conquista da Cooperativa os aspectos relacionados a certificações e normalizações exigidas pelo Ministerio da Agricultura. Também deve se ressaltar o apoio do Governo Federal através do Programa do Leite incluso no Fome Zero.

Caturité configura-se pelo seu dinamismo econômico ligado principalmente por sua importante bacia leiteira, dentre os fatores que justificam a presença da Cooperativa é sua localização sendo esta próxima a BR-104 permitindo um rápido escoamento da produção em direção a Campina Grande, Joao Pessoa e outros municípios de Paranaíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

O município de Caturité tem se destacado cada vez mais neste setor, apresentando-se como um fornecedor de produtos derivados de leite para todo o estado paraibano, abastecendo assim inúmeros estabelecimentos comerciais.

O beneficiamento Leiteiro feito pela COAPECAL é um dos responsáveis pelo aumento do PIB do Município contribuindo como um dos maiores PIB's do Estado, em Caturité a Cooperativa se desenvolveu se tornando uma grande empresa, referencia no ramo pecuário.

Também se pode observar após a instalação da COAPECAL a diminuição no fluxo migratório que havia antes no município, principalmente os atuais funcionários tanto os diretos como indiretos que anteriormente migravam em maioria para região sudeste.

5.4. Caso da Cooperativa Agroindustrial Lar

De acordo com o livro em comemoração aos 50 anos da Cooperativa Agroindustrial Lar: Uma historia de cooperação, atitude e Amor de Setti (2014) o inicio de sua historia, foi numa época onde a região que pretendiam inaugurar a sede era praticamente inabitável, em épocas de colonização depois de muitos confrontos territoriais e políticos numa doação feita por Manoel Ribas num intento de incentivar a ocupação da quase inacessível faixa de fronteira.

Nessa época muitos foram os que participaram da colonização e da limpeza do lote que seria o inicio da historia da Lar que na época recebeu outro batismo , entre os colaboradores destacam-se o Dom Geraldo Proença Sigaud, o Padre Jose Backers e o engenheiro civil Roberto Brandao . Em 1960 o projeto já começou a ficar delineado, logo em 1962 foram realizados necessários para o empreendimento de 380 lotes rurais e a área urbana, mas apenas em fevereiro de 1963 é que levantaram sua sede provisória.

Já em julho de 1963 após alguns imprevistos e os lotes já a venda, com a única exigência de compradores cristãos, acredita-se que com o intuito de facilitar a interação inauguraram exatamente no dia 25 de julho a Gleba dos Bispos e o lançamento da Cidade de Missal.

A cooperativa mesmo foi inaugurada em 1964 com o total de 55 fundadores no dia 19 de março , numa quinta-feira intitulada Comasil – Cooperativa Mista Agrícola Sipal Ltda. Além das atividades normais de uma cooperativa de produção a Sipal deveria tomar providencias para dar assistência social e hospitalar, construir escolas , estradas , pontes .

Depois do primeiro balanço na Assembleia Ordinária de 1966 eles estão finalmente na ativa, porem logo em seguida enfrentaram alguns golpes fortes como uma multa do banco de 42 milhões de cruzados na época e dificuldades com terras ilegais, fazendo com que tivessem de recomeçar praticamente do zero.

Ainda em 1968 abriram a sua primeira agroindústria de moinhos de trigo e fubá, mas apenas pelo período de 1970 a 1975, pois um decreto colocou fim aos moinhos. Assim a cooperativa mudou a sede para Medianeira a se obrigou a implantar novas estruturas para receber grandes volumes de soja e trigo.

Em 1973 já estavam com 2.141 associados, com as novas dinâmicas impostas pelo Projeto Itaguaçu, o apoio do INCRA e da Acarpa construíram mais armazéns que fez aumentar o número de cooperados e foi nessa época que mudaram o nome para: Cooperativa Agropecuária Três Fronteiras Ltda. – COTREFAL. No ano de 1979 a COTREFAL junto a filiadas compraram a Frimesa.

Nos anos 80 a Cotrefal não parou de crescer, adquiriu a Oleolar, inaugurou a Transportadora da Cotrefal entre outros grandes acontecimentos como o supermercado Cotrefal em 1984.

Nos anos 90 iniciou o plano de modernização onde contrataram a empresa Latino Americana Latamtec para apontar levantar problemas e apontar soluções e capacitaram 77 funcionários, tudo para se manter, em um mercado cada vez mais competitivo

Em 1999 a cooperativa inaugurou a indústria de aves um grande avanço tanto para cooperativa como para as regiões que sentiram o desenvolvimento chegar com todo esse investimento industrial.

O ano de 2000 iniciou com uma assembleia para desenvolver metas de reformas e ampliação das unidades operacionais, agora eles possuem uma nova frente no ramo aves já exportando para Europa, e agora também para Arábia Saudita, Kuwait e Hong Kong.

No ano de 2002 foi aprovada a nova razão social para como hoje conhecemos Cooperativa Agroindustrial Lar.

Em 2008 no encontro de pesquisadores latino-americanos de cooperativismo, pesquisadores da UNIOESTE e UNIPAR apresentaram um trabalho sobre a Contribuição da Cooperativa Agroindustrial Lar no desenvolvimento econômico da região. Como principal objetivo o estudo buscava analisar a inserção no processo de agro industrialização da Lar e os reflexos econômicos que tantos investimentos neste setor pode ter trazido a esta cooperativa e para o desenvolvimento das comunidades onde a Lar mantém suas plantas industriais .

“Neste sentido, observou-se que a Lar refletiu positivamente nos municípios onde mantém instaladas plantas industriais, que são Medianeira, Itaipulândia, Missal, Matelândia, Céu Azul e Santa Helena”. (BIRCK et al. 2008)

Em relação ao retorno do ICMS do ano de 200 a 2004 a cooperativa lar participou de 12,01% em média do retorno de ICMS aos municípios de Céu Azul, Itaipulândia, Matelândia, Medianeira e Missal. Do valor de R\$ 88.911.045,56 que os poderes executivos destas cidades juntos receberam do governo do estado do Paraná neste mesmo período que os Poderes Executivos destes R\$ 10.680.899,61 provem das indústrias da Lar. Na cidade onde a

cooperativa mantém de 1999 a indústria de aves, ou seja, Matelândia recebeu R\$ 21.609.932,60 onde a Lar teve participação de 16% o mesmo que R\$ 3.455.539,04. Outro município que tem um bom retorno foi Missal onde estão as instalações da indústria de mandioca recebendo um retorno de 15,47% que são R\$1.657.611,90 de R\$ 10.715.507,32 e também influenciados pelas indústrias Lar

Essa participação financeira se reflete no bem-estar das sociedades uma vez que os recursos gerados da transferência constitucional do ICMS, pelo Governo Estadual, foram investidos pelos Prefeitos no bem-estar da população. São recursos direcionados às sociedades, através de investimentos em saúde, educação, segurança, entre outros, que melhoram a qualidade de vida dos moradores desses municípios. (BIRCK et al. 2008)

Em relação a influencia no setor industrial dos municípios da região devido as unidades Industriais da Lar, os métodos utilizados de analise mostraram que a Cooperativa Lar , como um subsetor da Industria de transformação obteve valores expressivos em todas as cidades

A partir desses indicadores a cooperativa foi de suma importância na absorção de mão de obra e no dinamismo econômico na região que mantém indústrias fato estes que os cálculos deixam claros, principalmente nos municípios de Céu Azul, Itaipulândia, Missal e principalmente Matelândia devido que ela fundamental na absorção de mão de obra.

E é inegável que a unidade industrial de aves da Lar seja a grande referência dessa especialização dada a sua grande estrutura de produção e de pessoal. Se os coeficientes continuarem neste ritmo, considerando a proporção em que estão caindo, em dez anos este coeficiente será de 0,20 indicando que a estrutura produtiva do Município estará altamente associada e, portanto, dependente, da Indústria da Lar.

5.5. Caso da Copag

Estudo científico apresentado no XV encontro de ciências sociais do Norte e Nordeste e Pré-alias Brasil em Setembro de 2012 em Teresina - Piauí

A Copag foi formada por um pequeno grupo de 20 associados na data da pesquisa já possuíam 300 associados tendo a atividade voltada para a produção de inhame, cará e batata doce. A Cooperativa foi fundada na região do Agreste município de Bonito com a intenção de unir os produtores e por interesse coletivo em torno de valorizar a produção e o produtor local podendo barganhar melhores preços e eliminar intermediários. Mesmo sem saber e entender o que era cooperativa já tinham o entendimento que seria melhor do que a situação que estavam

vivendo, ou seja, suavam a camisa na produção e chegavam os intermediários comprando quase de graça.

A criação da Copag foi dia 25 de agosto de 1993 e tinha como objetivo cessar a exploração dos atravessadores. O processo de constituição foi gerado no âmbito de assentamento do sítio de Mucuri com as limitações para comercialização fundaram a Cooperativa de Produtores Rurais do Agreste Pernambucano. Outro fator que motivou a formação da Copag foi o interesse em participar dos programas governamentais como banco de alimentos integrado ao fome zero a Conab também firmou contrato com a Ong Visão Mundial que presta serviços de assistência técnica e orienta os processos de comercialização dos produtos e a com a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab que por meio do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA os produtos adquiridos são repassados a prefeitura de Bonito e vira merenda das escolas mantendo assim também a cultura com relação ao consumo deste na região e valoriza os produtos locais.

A partir da Copag os produtores conseguiram acessar algumas modalidades de crédito do Programa Nacional de Agricultura Familiar recursos estes que são utilizados para a melhoria no sistema de produção e comercialização.

Ainda no campo da organização associativa, com o objetivo de defender exclusivamente a categoria do agricultor familiar a Copag conseguiu fundar o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar (Sintraf) no município de Bonito, que atua como elemento importante na articulação dos produtores para ter acesso aos projetos governamentais. Ainda através do Sintraf, a cooperativa pretende alcançar novas conquistas como a aposentadoria, a licença maternidade, assistência médica e odontológica. (Albuquerque; Pires, 2012)

De acordo com discursos dos entrevistados na pesquisa a cooperativa vem transformando a vida dos agricultores da região proporcionando uma qualidade de vida oportunidades e conquistas. Pode-se observar também que a Copag segue um calendário fixo de reuniões sendo a cada dois meses. A assembleia geral ordinária ocorre uma vez ao ano e as assembleias extraordinárias, acontecem sempre quando são necessárias ou urgentes.

Quanto à formação técnica dos produtores a Copag faz parte das iniciativas junto com as instituições públicas parceiras ainda assim admitem que sentem necessidade de uma maior interação com o meio acadêmico.

Do ponto de vista financeira e econômica que atinge especialmente o desenvolvimento local se pode observar a importância da Copag para o Município de Bonito na geração de renda e empregos conectando-se as economias internas, apresentando impactos sobre o

comércio da região dinamizando, dessa forma, a economia local. Além disso, a sedimentação da tradição do território em termos da produção dos referidos produtos agrícolas.

A melhoria da vida dos associados comprova-se no aumento na capacidade de consumo de cada família.

(...) Hoje todos têm sua casa, seu carro, sua moto nova... Tem família que tem dois carros, duas motos dentro de casa. Não tinham nada, mas graças a seu trabalho e seu suor, hoje estão “bem de vida”. (Albuquerque; Pires, 2012)

Entre os projetos futuros esta a construção da sede, aquisição de veículos e o principal desafio segundo a pesquisa e manter um projeto sustentável economicamente, livre da dependência absoluta dos programas governamentais. Também entre os próximos desafios esta abandonar a monocultura e adquirir a diversificação dos produtos agrícolas. Pode-se ressaltar que a Copag além de ser importante empreendimento da região através da agregação de produtores num objetivo comum, apresente-se também como uma figura chave na constituição de uma rede entre agentes locais, agregando assentamento, sindicato e a cooperação.

A partir da análise da Cooperativa dos Produtores Rurais do Agreste Pernambucano (Copag), foi possível observar que a criação da cooperativa se deu como resultado da ação autônoma dos agricultores de forma horizontal com o objetivo de aperfeiçoar a organização em torno da produção e comercialização de seus produtos e dispensar a presença dos atravessadores do processo de comercialização de sua produção. (Albuquerque; Pires, 2012)

A Copag de acordo com o estudo realizado garantiu uma melhoria na qualidade de vida dos associados, através de parcerias facilitou o acesso a crédito, saúde e educação, permitiu a geração de renda dos produtores locais. Permitiu a eliminação de intermediários e que os produtores trabalhassem também no comércio local possibilitando sua moradia na região sem a necessidade de buscar em outras localidades melhores condições. A cooperativa apresenta um empenho e alta participação dos associados. Constatou-se que a instalação da cooperativa ampliou as oportunidades e as condições de vida local e fortalece as tradições e cultura local

Observou-se também, através das diversas entrevistas, que prevalecia um espírito de cooperação entre os associados, como evidenciado nos discursos anteriormente citados neste trabalho, facilitando a busca de soluções de problemas em comum, e a criação de diversas redes ligadas à cooperativa capazes de levar adiante os interesses sociais e econômicos dos associados, principalmente no que diz respeito às estratégias que vêm sendo desenvolvidas para o sucesso do empreendimento e a

melhoria de vida do agricultor familiar. Fatores que vêm ampliando a eficiência da participação democrática dentro da comunidade pesquisada e enriquecendo seu tecido social, através da reciprocidade tecida pelos seus indivíduos. (Albuquerque; Pires, 2012).

5.6. Cooperativas pelo Mundo

As cooperativas não são melhores compreendidas em termos estatísticos e tendências, elas adquirem seus significados mais profundo quando vista no contexto da vida das pessoas, pode-se encontrar este significado, ou importância e amplitude, em toda parte ao redor do mundo.

No Japão os bebês nascem em hospitais cooperativos, na Colômbia crianças são ensinadas sobre computadores em escolas administradas por cooperativas agrícolas, na Suécia famílias moram em cooperativas de habitação, em Dortmund cidade da Alemanha as pessoas podem comprar suprimentos em lojas cooperativas, um dos sistemas de cadeia de lojas mais surpreendentes da Europa. Em nova Deli consumidores compram leite de maquinas, abastecidas por mulheres integrantes de uma poderosa cooperativa de laticínios. Na Grã Bretanha consumidores adquire seu seguro através de uma cooperativa que é uma das maiores vendedoras de seguros do país. As pessoas de Cabo Dorset uma comunidade Inuit no Ártico Canadense depende dos rendimentos oriundos dos artesanatos que vendem através de sua cooperativa.

Os trabalhadores de Mondragon na Espanha organizam grande parte de suas vidas através de uma serie de cooperativas inter-relacionadas abrangendo uma variedade de atividades econômicas. Em Belize pescadores vedem seus produtos do mar através de cooperativas. Famílias rurais dos Estados Unidos recebem energia de cooperativas Elétricas. Na Índia, cerca de metade da produção açucareira vêm de cooperativas, Na região baixa da Espanha, as cooperativas de Mondragon fazem parte, em escala nacional, dos maiores fabricantes de refrigeradores e de equipamentos eletrodomésticos.

Na Itália, as cooperativas operárias de diversos setores são reconhecidas como o setor de ação mais eficaz, na luta contra o desemprego. No Canadá, um habitante em três é membro de uma cooperativa de crédito, e mais de 75% da produção de trigo e outros cereais do país passam pelas mãos de cooperativas de comercialização. Nos mercados de distribuição de produtos alimentares da Europa, as cooperativas de consumo estão na frente em vários países e: Finlândia e Suíça ocupam os primeiros lugares.

Entre os cinquenta maiores sistemas bancários do mundo, cinco são cooperativos. Destacam-se França, Alemanha, Holanda, Estados Unidos e Japão. Nos países escandinavos, as cooperativas agrícolas têm de longe a maior parte do mercado da maioria dos produtos, às vezes mais de 90%. Na França, Polônia e Filipinas funcionam com muito sucesso as cooperativas escolares. O movimento cooperativista internacional conta com mais de 760 milhões de pessoas: por isso, é um importante movimento socioeconômico mundial.

Ao redor do mundo cooperativista encontraram razões para abrir cooperativas e encontrarão uma centena de outras razões para tal nos próximos séculos. Fonte: (OCB-GO, 2009) e Macpherson (2003 p 62).

5.7. Síntese Conclusiva

A cooperativa agropecuária atua através de seus cooperados na sociedade local, de diferentes formas agregam valor ao cooperado e de forma direto ou indireta contribui em muitos pontos de ignição do desenvolvimento.

Percebe-se nos três casos, apesar de distintos e em regiões diferentes que houve interferência da cooperativa socioeconomicamente em seus cooperados e nas comunidades que representam. Inauguradas em épocas diferentes, em realidade antagônica, mas no fim com a mesma finalidade de restauração, criação e desenvolvimento e como pode se ver ambas cooperativas obtiveram sucesso em sua trajetória, garantiram aos seus cooperados o desenvolvimento socioeconômico, comprovando assim que mesmo frente a tantas tribulações, com associados dedicados e mantendo firme aos ideais cooperativistas é possível alcançar o desenvolvimento econômico e social num local ou região.

Por todo país existem exemplos de outras cooperativas agropecuárias atuando de forma que beneficia a sociedade local, esta postura não é novidade porém, se torna cada vez mais notável, quem sabe não esteja como na vontade de muitos dos idealizadores, se espalhando e transformando a partir de pequenas localidades o mundo em nações cooperativistas. O que se percebe de fato é que as cooperativas agropecuárias contribuem em diferentes proporções com o desenvolvimento local.

No próximo capítulo será feita a conclusão de toda pesquisa realizada e a partir desta confirmar se a hipótese levantada para a realização do estudo faz jus.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na atualidade a fórmula para se entender e alcançar o desenvolvimento vem sendo buscada de forma incessante e demandante por todas as áreas e âmbitos, sendo assim, o entendimento de desenvolvimento se expandiu devido às necessidades, quando antigos conceitos deste começaram a se tornar limitados as demandas da sociedade.

Em meio esses acontecimentos e a busca por solução passe-se a estudar o conceito de desenvolvimentos em pequenas escalas, um processo que por irônico que parece decorre da globalização. Com tantas opções e variedades do mundo globalizado, quando a distancia já não é nada em meio tanta tecnologia e a competitividade se torna mais acirrada, o processo se inverte e passam a ver o desenvolvimento local como um diferencial, ressaltando potencialidades que se alcança otimizando e aproveitando ao máximo o que cada localidade em sua individualidade tem a oferecer.

O ramo agropecuário é de grande valor não apenas para os cidadãos brasileiros, mas sim para mundo, essa característica do ramo faz com que todos os envolvidos tenham um fardo a mais com que lidar, pois sempre que se trata de produtos que não são meros objetos de entretenimento tende se uma responsabilidade maior com a qualidade oferecida, a eficiência e o comprometimento com a demanda desses produtos que são de natureza e de necessidade primaria.

Nesse momento indaga-se qual ligação o ramo agropecuário tem com o desenvolvimento e especificamente com desenvolvimento local, o objetivo desta pesquisa bibliográfica foi justamente demonstrar como esses dois fatores são interligados, através de cooperativas agropecuárias que exercem um papel dentro das localidades contribuindo e muitas vezes impedindo a estagnação do desenvolvimento nestas.

A hipótese que se levantou á este estudo foi de que as cooperativas agropecuárias através de integração e de mudança socioeconômica na vida de seus cooperados propicia um maior desenvolvimento local, ao longo da pesquisa e com o respaldo de diversos autores foi possível evidenciar através de seus conhecimentos que de fato as Cooperativas Agropecuárias contribuem para o desenvolvimento das localidades onde atuam , este desenvolvimento como também pode se perceber pelo estudo realizado , não é apenas econômico mas também social.

Um ponto que merece destaque neste estudo foi o papel do associado na cooperativa, em um mundo capitalista onde esta impregnada em nossa cultura o perfil de empresa mercantil, difícil se torna assimilar a importância e o impacto que as atitudes e postura dos associados têm sobre as cooperativas e suas realizações. A partir do momento que se

compreende que a cooperativa é uma organização de pessoas, autônoma onde estes indivíduos se unem voluntariamente em busca da realização de objetivos comuns percebe-se que esta sempre será um reflexo das capacidades de seus associados.

Fácil torna-se simplesmente afirmar que as Cooperativas agropecuárias contribuem para o desenvolvimento local , quando o conceito deste é tão recente , exatamente por isso que nesta pesquisa bibliográfica foi feito também um breve porem eficiente estudo sobre o desenvolvimento local cujo qual o que faz jus a se trazer é os fatores que o determinam, entendendo estes fatores torna-se possível visualizar quais são as formas que as Cooperativas agropecuárias contribuem e influenciam dentro destas localidades ou regiões.

Fatores que promovem desenvolvimento não são tão impensáveis a leigos se estes lembrar-se que sugerimos fatores de desenvolvimento “local”, ou seja, tudo que condiz a esta localidade contribui ou não com o desenvolvimento desta, na pesquisa bibliográfica essa ideia ganhou forma apresentando fatores como: tangíveis, intangíveis e intangíveis de caráter pessoal.

Para melhor compreender a contribuição das cooperativas e seu poder de transformação na sociedade , apresentam-se três casos que evidenciam e demostram como as cooperativas do ramo agropecuário em diferentes situações contribuem , promovem e incentivam o desenvolvimento socioeconômico local.

Estes exemplos são importantes para uma compreensão clara das cooperativas e associadas em situações em que interagem com fatores de desenvolvimento, mostrando assim que esta em suas capacidades e na vontade dos mesmos impulsiona-los ou não. Através deste também se percebe que as cooperativas deixam de ser apenas agentes que interagem com o desenvolvimento tornando-se um fator deste a partir do momento que passam contribuir com o desenvolvimento da localidade.

Comprova-se a partir ou baseando-se das informações e conhecimentos que foram expostos de diferentes autores, a hipótese desta pesquisa , assim como se ressalta no subcapítulo 3.4 a importância dos associados para o sucesso da cooperativa e se destacam os fatores que determinam o desenvolvimento local , fazendo desta pesquisa bibliográfica merecedora da atenção daqueles que futuramente queiram se aprofundar no tema proposto ou relacionado.

7. REFERENCIAS

ABREU, Bruno Soares. et al. **Cooperativismo como alternativa para o desenvolvimento regional: O exemplo da COAPECAL**, 2008. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistageografia/index.php/revista/article/viewFile/171/119>> Acessado em: 12 Set. 2014.

ACI – Aliança Cooperativa Internacional. **Princípios do Cooperativismo. 1995** Disponível em: <<http://www.peaunesco.com.br/coop2012/AIC.htm>> Acesado em : 15, Ago 2014

AGUIAR, Cristina Silveira; REIS, Carlos Nelson dos. **As origens do Cooperativismo e o contrapondo aos males das metamorfoses do mundo do trabalho**. Sociedade em Debate, Pelotas, 2002. Disponível em: <<http://revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/viewFile/555/495>> Acessado em: 12 Mai. 2014.

ALBUQUERQUE, Pedro Arthur Tenório Silveira de; PIRES, Maria Luiza Lins Silva e. **Cooperativismo Agrícola como disseminador do capital social: o estudo de caso da Copag**. UFPI, 2012. Disponível em: <<http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/GT28-07.pdf>> Acessado em: 18 Nov. 2014.

ALVES, Adriana. **Cooperativismo Avícola e o Desenvolvimento Socioeconômico em Palotina e Região**. Curitiba, 2008. Disponível em: <http://www.unifae.br/mestrado/pdf/Dissertacoes/Adriana_Alves.pdf> Acessado em: 19 Out. 2014

BARREGO, Antonio. **O Cooperativismo e o Universalismo**. São Paulo: Biblioteca da Paz Universal, 1949.

BERNARDI, Fernando. **O Fortalecimento das Cooperativas Agroindustriais utilizando a qualidade dos serviços para fidelização dos cooperados**. Dissertação de Mestrado Área de Concentração em Qualidade e Produtividade, Santa Maria, UFSM, 2012. Disponível em:

<http://www.fearp.usp.br/cooperativismo/diss_instituicao.php?instituicao=160> Acessado em 09, Jun. 2014.

BIRCK, Luiz Gilberto et al. **A contribuição econômica da Cooperativa Agroindustrial Lar para o desenvolvimento econômico**. V. Encontro de Pesquisadores Latino-Americanos de Cooperativismo. 2008. Disponíveis em: <http://www.fundace.org.br/cooperativismo/arquivos_pesquisa_ica_la_2008/165-birck.pdf> Acessado em: 22 Out. 2014.

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o Desenvolvimento Local Sustentavel** 4ªEd Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2008.

CARIZIO, Sergio Luiz Brambrilla; SANTOS, Carlos Alberto dos. **A Importância das Cooperativas e Seu Papel na Sociedade**. Revista Eletrônica de Ciências Contábeis IMESB – VC. 2010. Disponível em: <http://www.imesb.br/pdf/publicacoes_1304612383.pdf > Acessado em 03 de Jul. 2014.

CBC – Congresso Brasileiro do Cooperativismo. **Curso Basico de Cooperativismo para Cooperados**, Apostila Cooperativa de Produção. 2008 Disponível em: <http://www.fetaemg.org.br/consulte/apostila_cooperativismo.htm> Acessado em: 18 Out. 2014.

FACIAP; SEBRAE. **Formação para Gestores de Associações Comerciais e empresariais – desenvolvimento Local**. 2010. Disponível em: <http://www.faciap.org.br/site/wp-content/uploads/2014/06/Apostila_03_Developolvimento_Local.pdf> Acessado em: 22 Set. 2014.

FISCHER, T. **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: Marcos teórico e avaliação** Salvador: Casa da Qualidade, 2002. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0044559.pdf>> Acessado em 02 Out.2014

GARCIA, R.M. **Os requisitos de um Programa de Treinamento de Cooperativas**. Rio de Janeiro: Revista de Adm. de Empresas. 1981. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v21n1/v21n1a04>> Acessado em: 12 de Ago. 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GIMENES, Marcio Toesca; GIMENES, Fatima Maria Pegorini. **Agronegócio cooperativo: a transição e os desafios da competitividade**. 2007. Disponível em: <<http://revistas.unipar.br/empresarial/article/viewFile/516/471>> Acessado em: 12 Ago. 2014.

INSTITUTO ECOLOGICO, **Associativismo e Cooperativismo**, Cartilha I, Serie Desenvolver. Palmas: Grafica Provisao, 2007.

JUNIOR, Paulo Cesar Dias. **Cooperativismo Agropecuario: Câmara Temática de Insumos Agropecuários**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/comissoes/comissoespermanentes/capadr/adiencias-publicas/audiencias-publicas2013/audiencia-publica-02-de-abril-de-2013-aprosoja-brasil-1>> Acessado em 19 Ago.2014.

KLEIN, Fabricio José. **Análise jurídica e econômica das sociedades cooperativas no Brasil: O cooperativismo como ferramenta de desenvolvimento social**. 2005. Disponível em: <<http://kleineassociados.com/img/noticias/0b8c2c5802b340e95c2211bfd1ef899c.pdf> > Acessado em: 14 jul. 2014.

MACPHERSON, Ian. **Pincipios Cooperativos para o Seculo XXI**, Florianopolis, Ed. OCESC- SC, 2003..

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cooperativismo**. 2ed. 2012

Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/cooperativismo-associativismo/cooperativismo>> Acessado em: 21 Set. 2014.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Cooperativas de Trabalho**. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

MARTINS, S. R. O. **Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas**. Revista Interações, vol. 3, n. 5, 51-59, set. 2002. Campo Grande: UCDB, 2002.

MENDES, Monica Martins, **Relação entre Educação Cooperativista, participação e satisfação dos Cooperados**. Ribeirão Preto, 2010 Disponível em: <<http://www.fearp.usp.br/cooperativismo/18.pdf>> Acessado em 17 Nov. 2014.

MINISTERIO DO TRABALHO, **Manual de Cooperativas**, 1997. Disponível em: <http://www.sato.adm.br/rh/manual_de_cooperativas.htm> Acessado em : 25 Ago. 2014.

OCB- Organização das Cooperativas Brasileiras. **Cooperativismo: Forma ideal de Organização** ([201-]) Disponível em: <<http://www.brasilcooperativo.coop.br/site/cooperativismo/index.asp>> Acessado em: 25 Ago. 2014.

OCB- Organização das Cooperativas Brasileiras. **O que é, o que faz e o que pode fazer o Cooperativismo no Brasil**. Brasília:1973.

OCB- Organização das Cooperativas Brasileiras. **Relatorio de Atividades 2013**. Brasília: Grupo Informe Comunicação Integrada, 2014. Disponível em: <<http://relatorioocb2013.brasilcooperativo.coop.br/>> Acessado em 22 Mar. 2014

OCB-GO - Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado de Goiás. **Cooperativismo Passo a Passo** 8ed. Goiânia: Departamento de Educação Cooperativista, 2009.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Manual de gestão das cooperativas: uma abordagem prática**. São Paulo: Atlas, 2001.

OLIVEIRA, José Rudnei de, O Comprometimento do Cooperado com a Cooperativa. Santa Maria: UFSM, 2007. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/tede/tde_arquivos/12/TDE-2007-08-21T194659Z-773/Publico/Rudnei.pdf> Acessado em: 17 Nov. 2014.

PERIUS, Virgilio Frederico. **Cooperativismo e Lei**. São Leopoldo: Unisinos. 2001.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas Brasil 2013:**

Desenvolvimento Humano dos Municípios. Disponível em:

<http://www.pnud.org.br/IDH/Default.aspx?indiceAccordion=1&li=li_AtlasMunicipios>

Acessado em: 12 Set. 2014

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Conceito de desenvolvimento Humano**, 2012. Disponível em:

<http://www.pnud.org.br/IDH/DesenvolvimentoHumano.aspx?indiceAccordion=0&li=li_DH

> Acessado em: 27 Ago. 2014

RECH, Daniel. **Cooperativas: Uma alternativa de organização Popular**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000.

ROCHA, Eliza Emília Rezende Bernardo. **O COOPERATIVISMO AGRÍCOLA EM TRANSIÇÃO: dilemas e perspectivas**. Tese de Doutorado em Ciências Econômicas.

Campinas, UNICAMP, 1999. Disponível em:

<http://www.fearp.usp.br/cooperativismo/teses_instituicao.php?instituicao=5> Acessado em:

29 Mai. 2014.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia do Século XXI** 6ed. Rio Janeiro. Editora Record, 2010.

SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **COOPERATIVA: Serie empreendimentos coletivos**. Brasília. 2009.

SESCOOP- Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo: **Cooperativismo Primeiras Lições** 4ed. Brasília, 2010. Disponível em:

<<http://www.ocb.org.br/GERENCIADOR/ba/arquivos/livrocoopprimeiraslicoes2010finalfinal.pdf>> Acessado em 04 jul. 2014

SECOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo: **RELATÓRIO DA GERÊNCIA DE MONITORAMENTO: Panorama do Cooperativismo Brasileiro**. 2011

SETTI, Eloy Olindo. **Lar 50 Anos: Uma historia de cooperação, atitude e amor**. Medianeira: Cooperativa Agroindustrial Lar, 2014.

SICOOB - Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil. **O que é Cooperação**. 2014. Disponível em: <<http://www.sicooobcecremef.com.br/o-que-e-cooperacao/>> Acessado em 18 Out. 2014

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Economico**. São Paulo Atlas , 1993.

TERSARIOL, Alpheu. **Dicionario da Lingua Portuguesa**. Editora Edelbra, 384p

UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. Florianopolis, 2005. Disponível em: <https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes_4ed.pdf> Acessado em: 18 Nov. 2014.

UNIMED - Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico. **Cooperativismo uma historia sempre atual**. 2008 Disponível em: <<http://bibliotecafesp.unimedfesp.coop.br/midias/Cartilha%20Cooperativismo.pdf>> Acessado em: 07 Jun. 2014.

UNISUL - Universidade do Sul de Santa Catarina. **Introdução Ao Cooperativismo**, Palhoça, 2007. Disponível em: <http://busca.unisul.br/pdf/88776_Luiz.pdf> Acesado em 15 Jul. 2014.

VEIGA, J E **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.